

**AO JUÍZO DA VARA REGIONAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES
JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL**

Processo nº 5082162-15.2024.8.24.0023

SISTEMA DE ENSINO ENERGIA LTDA e SOCIEDADE CATARINENSE DE ENSINO LTDA, ambas já qualificadas nos autos, por seu procurador que esta subscreve, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em cumprimento à decisão do evento 516, apresentar o Plano de Recuperação Judicial adaptado, que segue anexo.

Ante o exposto, requerem as Recuperandas o recebimento e a juntada do plano anexo, dando-se por cumprida a determinação judicial supracitada, e o regular prosseguimento do feito.

Termos em que pede deferimento.

Florianópolis/SC, data da assinatura eletrônica.

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS JÚNIOR

OAB/SC 73.108-A

GRUPO ENERGIA

LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Florianópolis, 13 de julho de 2026

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	3
2. APRESENTAÇÃO DAS RECUPERANDAS	6
2.1 BREVE HISTÓRICO	6
2.2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA.....	8
2.3 DAS EMPRESAS DO GRUPO ENERGIA	9
2.4. RAZÕES DA CRISE.....	11
2.5 SITUAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO GRUPO ENERGIA	14
3. MERCADO.....	26
3.1 BREVE HISTÓRICO DO SETOR.....	26
3.2 AÇÕES ADOTADAS NO MOMENTO.....	28
Redução de Despesas com a Transferência de Local da Unidade	28
3.3 AÇÕES A SEREM ADOTADAS NO FUTURO	31
4. PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	32
4.1 PROJEÇÃO	32
4.1.1 DETALHAMENTO DAS PROJEÇÕES DE RECEITA	33
4.1.2 ANÁLISE ESTRATÉGICA	38
4.1.2.1 Contexto e Reestruturação	38
4.1.2.2 Orçamento Operacional (2025	38
4.1.2.3 Cenários de Receita (2026)	39
4.1.2.4 Evolução de Matrículas (2020–2030).....	39
4.1.2.5 Projeção Financeira Consolidada	39
4.1.2.6 Conclusão da Análise	40
4.2 PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	40
4.3 CRÉDITOS PRECATÓRIOS PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS VINCENDOS	45
4.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – ACORDO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL	47
5. PLANO PARA CREDORES.....	49
6. ANEXOS	51

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente **Laudo Econômico-Financeiro** (“Laudo”) tem como objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira no âmbito do **Plano de Recuperação Judicial** (“PRJ”) das empresas denominadas **Grupo Energia**, quais sejam:

- i. **SISTEMA DE ENSINO ENERGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.233.257/0001-70, em situação ativa, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 460, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-020;
- ii. **SOCIEDADE CATARINENSE DE ENSINO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.466.045/0001-83, em situação ativa, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 460, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-020;

Todas as empresas acima são, neste ato, representadas por seu sócio administrador **PERCY HAENSCH**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 299.506.279-15, com endereço comercial na Rua Antonio Dib Mussi, nº 460, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-020.

As empresas encontram-se em Recuperação Judicial, sendo doravante denominadas neste Laudo como “Recuperandas”, “Empresas” ou “Grupo Energia”.

Este Laudo foi elaborado pelo escritório contábil, **TS BAUMGARTNER CONTADORES ASSOCIADOS**, única e exclusivamente como subsídio à elaboração do PRJ das Recuperandas, não se confundindo, superpondo ou modificando os termos e condições do referido Plano. Não deve ser utilizado, em hipótese alguma, de forma parcial, desagregada ou fragmentada pelas Recuperandas, seus representantes, credores ou quaisquer terceiros interessados.

O Laudo apresenta premissas econômicas e financeiras que, se devidamente verificadas e cumpridas, têm condições de viabilizar a recuperação do Grupo Energia, nos termos do artigo 53, inciso III, da Lei nº 11.101/2005

("LRF").

Para atingir o objetivo deste trabalho, foram considerados fatos históricos, informações macroeconômicas e de mercado, bem como dados disponibilizados pelas Recuperandas e por seus funcionários, administradores, consultores e demais prestadores de serviço.

As conclusões ora apresentadas resultam da análise desses dados e informações, somadas a projeções macroeconômicas e de mercado, bem como à expectativa de performance e resultados decorrentes de eventos futuros, estando, portanto, sujeitas às seguintes ressalvas:

- O Laudo envolve julgamentos objetivos e subjetivos, em razão da complexidade das análises de dados e da diversidade de fontes consultadas;
- Foi elaborado com base em informações fornecidas pelas Recuperandas, consideradas verdadeiras, não sendo parte do escopo do trabalho a realização de investigação independente e/ou procedimento de auditoria. Dessa forma, a **TS BAUMGARTNER** não assume qualquer responsabilidade por eventuais imprecisões dos dados utilizados;
- O documento foi preparado com a finalidade exclusiva de avaliar a viabilidade das Recuperandas no âmbito do processo de Recuperação Judicial, não se responsabilizando a **TS BAUMGARTNER** perante terceiros por atos ou fatos decorrentes de sua utilização para fins diversos dos aqui declarados;
- Este Laudo foi desenvolvido a pedido do **GRUPO ENERGIA** e não deve ser interpretado, por terceiros, como instrumento de decisão de investimento ou como manifestação de opinião acerca do PRJ;
- A **TS BAUMGARTNER** não se responsabiliza por atualizar este relatório em relação a eventos ou circunstâncias posteriores à sua data de referência;
- Algumas considerações constantes do Laudo estão baseadas em eventos futuros que refletem a expectativa das Recuperandas e de seus administradores, consultores e demais prestadores de serviço, à época de sua elaboração.



Assim, os resultados apresentados representam meras projeções, que poderão divergir daqueles efetivamente realizados.

Este Laudo, sujeito às premissas e assunções nele indicadas, tem por finalidade oferecer uma visão da capacidade financeira das Recuperandas no âmbito do PRJ, permitindo a avaliação da sustentabilidade e exequibilidade da continuidade de suas operações.

Os serviços da **TS BAUMGARTNER**, para fins de elaboração do presente documento, não configuram auditoria, revisão, exame ou qualquer outro tipo de atestação, conforme definidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Dessa forma, não se expressa qualquer forma de garantia sobre assuntos contábeis, demonstrações financeiras, informações financeiras ou controles internos do **GRUPO ENERGIA**.

Igualmente, não é emitida opinião profissional quanto à aplicação dos princípios contábeis, seja nos termos das Normas Internacionais de Serviços Relacionados (ISRS 4410), seja de suas alterações ou interpretações posteriores. Por fim, este Laudo não constitui parecer legal ou jurídico.

2. APRESENTAÇÃO DAS RECUPERANDAS

2.1 BREVE HISTÓRICO

O Colégio Energia iniciou suas atividades em 1988 e, desde então, vem se dedicando há mais de três décadas a oferecer ensino de excelência e qualidade a seus alunos, contribuindo de forma direta para a formação de milhares de indivíduos.

Essa dedicação ao ensino rendeu, em 1997, o primeiro reconhecimento público: o prêmio **Top of Mind**¹, em razão da valorização da marca e da qualidade dos serviços prestados à população de Santa Catarina. A premiação foi conquistada também nos anos seguintes, de forma consecutiva, até 2010. Posteriormente, em 2016, o Colégio obteve ainda o **Prêmio Ímpar**².

Sempre inovador, já em 1997 o Colégio gravava suas aulas, sendo uma das primeiras instituições de ensino do mundo a criar uma videoteca, possibilitando que os alunos assistissem às aulas que haviam perdido.

O Colégio Energia sempre se manteve à frente de seu tempo, sendo pioneiro na utilização de lousas digitais em sala de aula, já em 2003. Além disso, implementou serviços de psicologia e fonoaudiologia para suporte e auxílio a seus estudantes.

Em 2004, a instituição recebeu a certificação de “Sistema de Ensino Energia”, o que permitiu ampliar sua estrutura com a criação de uma nova unidade, trazendo diversas inovações e complexos educacionais.

¹ O Prêmio Top Of Mind é uma das premiações mais importantes do país, realizada em diversas regiões com o objetivo de coletar a opinião dos consumidores em relação às empresas mais lembradas para cada segmento de atuação. O prêmio é um reconhecimento à qualidade e excelência das empresas que se destacam em seus respectivos setores, e é baseado em pesquisas de opinião realizadas com consumidores de cada região

² O Prêmio ÍMPAR revela o valor intangível de uma marca.



O reflexo desse compromisso com a qualidade de ensino se traduziu no desempenho de seus alunos, que, ao longo dos anos, conquistaram os primeiros lugares em vestibulares e também destacados classificações no ENEM. Muitos deles ingressaram em universidades públicas e privadas de renome, em cursos de grande concorrência, como Medicina, Direito, Engenharia, Medicina Veterinária, entre outros, confirmando o papel essencial do Colégio Energia na formação de milhares de profissionais.

Desde 2012, o Colégio passou a oferecer turmas que vão do berçário ao ensino médio. Até 2022, ofertava também cursos de nível superior, cuja continuidade foi temporariamente interrompida em razão da crise decorrente da pandemia da Covid-19. Contudo, já existem planos de retomada dessa oferta no futuro próximo.

O Colégio Energia conta ainda com material didático próprio, de reconhecido valor acadêmico, produzido em sua gráfica e central de distribuição própria.

Entretanto, nos últimos anos, o Colégio e as empresas do Grupo Energia vêm enfrentando dificuldades financeiras em decorrência da significativa redução do número de alunos matriculados e do aumento das despesas operacionais, agravadas pela instabilidade econômica nacional, especialmente durante e após a pandemia da Covid-19. O cenário levou muitos alunos a suspenderem ou cancelarem suas matrículas, resultando no fechamento de sedes e filiais, além da necessidade de rescisões contratuais e readequações no quadro funcional e operacional da instituição.

2.2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Todas as empresas possuem em comum o administrador **Percy Haensch**, já devidamente qualificado, e atuam no ramo de prestação de serviços educacionais privados, constituindo, assim, o grupo econômico denominado “**Grupo Energia**”, cuja sede administrativa e operacional atualmente se encontra na Rua Antonio Dib Mussi, nº 460, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-020, local onde são tomadas as principais deliberações econômicas, financeiras e societárias.

Cumpre destacar que, não obstante a existência de uma administração única e centralizada, conforme se verifica da documentação societária ora encartada e dos fatos expostos, a crise financeira e as dívidas contraídas são comuns e afetam diretamente todas as empresas do Grupo Energia.

Diante do exposto, é lícito concluir que as empresas que o compõem estão sob o mesmo controle e estrutura formal, exercendo suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial.

As empresas do Grupo Econômico Energia apresentam, de forma breve, a seguinte composição societária e administrativa:

- O Sr. Percy Haensch é o administrador de todas as sociedades integrantes do Grupo Energia;
- Sua falecida esposa, Sra. Marlene Galberto Filippin Haensch, figurava como única sócia das empresas, conforme comprovam os contratos sociais anexos e os respectivos quadros societários.

Ressalte-se, ainda, que os comprovantes de inscrição e situação cadastral de algumas empresas se encontram desatualizados quanto ao endereço, pois todas as sedes foram desativadas, estando centralizada toda a operação no endereço da Rua Antonio Dib Mussi, nº 460, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-020.

O falecimento da Sra. Marlene, única sócia, não impediu a continuidade das atividades empresariais, as quais prosseguiram regularmente, cumprindo todos os requisitos legais.

Todavia, é inegável que o Grupo Energia se encontra em grave situação de crise econômico-financeira, o que demanda reorganização imediata para evitar a decretação de falência.

Nesse contexto, revela-se plenamente justificado o pedido de transação tributária, em conformidade com as demais modalidades de negociação previstas em lei, tendo em vista que seu objetivo é permitir às

empresas:

- renegociar suas dívidas com os credores;
- preservar a continuidade de suas atividades empresariais;
- manter a função social das empresas e a geração de empregos;
- garantir a regularização fiscal e a própria sobrevivência do Grupo.

2.3 DAS EMPRESAS DO GRUPO ENERGIA

De início, registra-se que existem dois CNPJs principais, sendo o de nº 06.233.257/0001-70, correspondente ao Sistema de Ensino Energia Ltda., e o de nº 83.466.045/0001-83, correspondente à Sociedade Catarinense de Ensino Ltda.

Embora se trate de duas pessoas jurídicas distintas, o Colégio Energia – empresa central e principal do Grupo Energia – constitui-se, na prática, pela soma das atividades desenvolvidas por ambas. Nesse contexto, verifica-se uma verdadeira situação de “confusão empresarial”, em que as operações e responsabilidades se entrelaçam.

No tocante às demais empresas do Grupo:

- A **Gráfica Editora Energia Ltda.** e a **Distribuidora de Material Didático Energia Ltda** deixaram de publicar e distribuir materiais em 2015, encerrando suas atividades operacionais. Contudo, ainda permanecem com pendências tributárias e há previsão de retomada das atividades em 2025. Atualmente, o Colégio Energia não possui material próprio; os alunos recebem apenas links de e-commerce, indicando os materiais a serem adquiridos.
- O **Supletivo Energia Ltda** encerrou suas atividades no ano de 2000. Embora o CNPJ permaneça com status ativo, as licenças para o exercício da atividade empresarial foram transferidas para outra instituição não pertencente ao Grupo Energia, qual seja, a CES – Centro de Ensino Supletivo Florianópolis, inscrita no CNPJ sob nº 06.111.475/0001-31.
- A **Sociedade Energia de Ensino Superior Ltda**, em razão da crise decorrente da pandemia da Covid-19, encerrou sua última turma no ano de 2022. Ademais, em um negócio desvantajoso, procedeu-se à venda das licenças de seus cursos superiores à Faculdade Viva, objeto, inclusive, de demanda judicial ainda em trâmite. Embora a sociedade mantenha seu CNPJ ativo, não oferece mais cursos superiores, havendo, contudo, planejamento para a retomada dessa atividade em sua grade acadêmica.

Com o encerramento ou paralisação das demais empresas, o Colégio Energia (**Sistema de Ensino Energia Ltda e Sociedade Catarinense de Ensino Ltda.**) herdou todas as dívidas e obrigações do Grupo, o que contribuiu de maneira decisiva para o agravamento da crise econômico-financeira, afetando diretamente a saúde financeira da empresa mais rentável do conglomerado.

Por fim, ressalta-se que, visando centralizar e organizar a administração de todo o Grupo, foi criada a **Enerpar Participações e Incorporações Ltda**, sociedade destinada a gerir as participações societárias, a administração financeira, bem como a incorporação de ativos e imóveis

próprios ou de terceiros, atuando como holding das demais empresas do Grupo Energia.

2.4. RAZÕES DA CRISE

Como amplamente descrito na petição inicial do processo de recuperação judicial, contribuíram, em resumo, para o agravamento da situação econômica e financeira do Grupo Energia:

- a grave crise macroeconômica, que empurrou o País para a maior recessão de sua história recente;
- o advento da pandemia da Covid-19;
- as constantes variações da taxa de câmbio do dólar;
- e o significativo crescimento do desemprego.

De início, gráficos nos próximos tópicos verifica-se que, em 2014, o Grupo Energia possuía 4.092 (quatro mil e noventa e dois) alunos matriculados. Nos anos seguintes, manteve-se uma média aproximada de 1.700 (um mil e setecentos) discentes; entretanto, após a pandemia da Covid-19, iniciou-se um declínio abrupto, chegando-se à realidade atual, em que o Colégio conta com apenas 423 (quatrocentos e vinte e três) alunos matriculados.

Como visto, o Colégio Energia gozava de posição de destaque em seu segmento de mercado, sendo por muitos anos considerado uma das melhores redes de ensino privado do Estado de Santa Catarina. Trata-se de instituição voltada à formação integral de pessoas, com valores sólidos, que sempre buscou preparar cidadãos bem-sucedidos, pessoal e profissionalmente, em suas respectivas áreas de atuação.

Ainda hoje, mesmo com aproximadamente 10% do número de alunos em comparação ao seu auge em 2014, o Grupo Energia continua prestando serviços educacionais de alta qualidade, permanecendo em evidência por sua excelência em formação acadêmica, pelas aprovações no ENEM e pelo elevado índice de ingresso de seus alunos em universidades e faculdades, inclusive públicas e federais.

Dentre as conquistas, destacam-se as centenas de ex-alunos aprovados em cursos superiores altamente concorridos, como Medicina, Direito, Engenharia, entre outros, tanto em instituições privadas quanto em universidades federais.

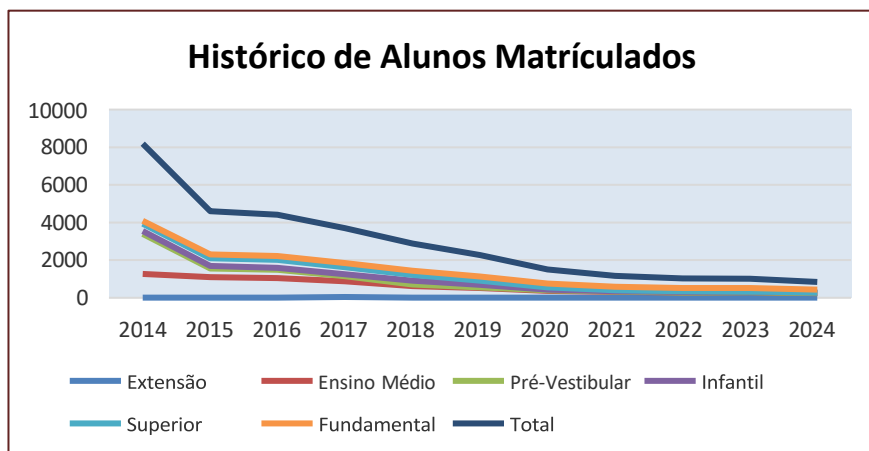
É certo que, ao longo de sua trajetória, o Colégio Energia e todo o Grupo sempre exerceram suas atividades com êxito e probidade, gozando de credibilidade junto às organizações especializadas em análise de crédito e perante seus próprios clientes. O Grupo sempre buscou manter o pagamento de seus compromissos com pontualidade e transparência, apesar das conhecidas dificuldades do ambiente empresarial brasileiro.

Cumprе destacar, ainda, que as instituições de ensino privado foram severamente impactadas pela pandemia da Covid-19, conforme dispõe a Portaria nº 20.809/2020. Durante o período pandêmico e no pós-pandemia, diversos alunos simplesmente deixaram de frequentar as aulas e migraram para outras instituições de ensino – muitas delas públicas.

Ademais, em observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 9.870/1999, as instituições privadas de ensino não podem desligar alunos em razão de inadimplência, devendo, inclusive, garantir a prestação de serviços educacionais durante o semestre letivo, ao mesmo tempo em que se mantêm obrigadas a assegurar a estabilidade contratual de professores.

Assim, verifica-se que, antes da pandemia da Covid-19, o Grupo possuía em média 1.700 alunos matriculados, com receita expressiva e grande quadro funcional e docente. Todavia, de forma abrupta, houve a redução para menos de um terço da capacidade anterior, ocasionando uma queda drástica e repentina da receita, ao passo que a folha de pagamentos e os custos operacionais permaneceram elevados, agravando sobremaneira a crise financeira do Grupo Energia.

A título ilustrativo, vejamos gráfico com histórico de matrículas dos últimos dez anos:



Infelizmente, o cenário atual é extremamente delicado para o Grupo Energia, que vem lutando para manter-se em funcionamento e honrar suas obrigações perante os atuais colaboradores. **Grande parte da receita encontra-se comprometida com a folha de pagamento e demais despesas operacionais, o que limita a capacidade de investimento e de recuperação financeira.**

Nesse contexto, o Grupo passou a enfrentar uma série de processos judiciais e execuções fiscais, configurando uma verdadeira “bola de neve”, em razão do crescimento exponencial das dívidas. Nos últimos anos, inclusive, tem enfrentado dificuldades para manter-se adimplente no contrato de locação de sua sede.

Paralelamente, as instituições financeiras passaram a restringir o acesso a crédito, ofertando linhas em condições cada vez mais onerosas e com juros elevados, o que reduziu drasticamente – ou até mesmo eliminou – as margens de sustentabilidade do Colégio. De um lado, o Grupo sofreu com a queda de receita ocasionada pela evasão estudantil; de outro, com o aumento dos custos financeiros e operacionais, tornando a crise ainda mais severa.

“Escolas fechadas, evasão escolar, problemas de aprendizagem, falta de estrutura nas escolas, queda nas matrículas e saúde emocional de alunos/as e professores/as abaladas são alguns dos problemas que a educação pública brasileira enfrenta. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Datafolha, em janeiro, 4 milhões de estudantes abandonaram a escola durante a pandemia. As principais motivações foram a dificuldade do acesso remoto às aulas e problemas

financeiros, em que os alunos que lideraram a taxa de abandono pertenciam às classes D e E.” (ROSA, Ravena, Agência Brasil; CPERS; Pandemia ampliou desigualdade no ensino, evasão escolar e perda de aprendizagem; 24 de agosto de 2022).

2.5 SITUAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO GRUPO ENERGIA

Nesse passo, cumpre destacar que todo o Grupo Energia vem enfrentando uma crise econômico-financeira estrutural, que se iniciou no ano de 2019 e, desde então, vem se intensificando. Com enormes esforços e sacrifícios, o Grupo tem conseguido manter-se em funcionamento em sua potência mínima operacional, ainda que com recorrentes dificuldades para cumprir todas as suas obrigações.

Ao longo desse período, foi necessário enfrentar situações críticas, tais como:

- atrasos pontuais no pagamento da folha de funcionários e dos aluguéis de suas unidades;
- adoção de planos de demissão como medida extrema para reduzir custos fixos;
- celebração de termos de acordo com os sindicatos representativos da categoria profissional, para que fosse possível o pagamento das verbas trabalhistas de maneira parcelada e ajustada à realidade financeira do Grupo;
- imposição de cortes de benefícios outrora concedidos aos colaboradores, em razão da incapacidade de manutenção desses dispêndios;
- além de outras medidas emergenciais de contenção de despesas, voltadas à preservação mínima da atividade empresarial.

Importa ressaltar que, mesmo diante desse quadro adverso, as empresas do Grupo Energia sempre procuraram agir com boa-fé, transparência e responsabilidade social, priorizando a manutenção dos postos de trabalho e

da prestação do serviço educacional, que constitui a essência de sua função social.

Deve-se sublinhar, ainda, que o Grupo Energia foi uma das primeiras instituições privadas de ensino a adotar, de forma rápida e eficiente, a implementação de estruturas para a realização de aulas remotas, em resposta à paralisação imposta pela pandemia da Covid-19. Esse movimento exigiu do Grupo elevados investimentos em tecnologia, infraestrutura, capacitação de docentes e adequação pedagógica, tudo a fim de minimizar os prejuízos educacionais e assegurar aos seus alunos a continuidade do processo de aprendizagem.

Todavia, esse esforço – que demonstrou o compromisso institucional com a qualidade do ensino e a adaptação às novas realidades – deu-se a um custo extremamente elevado, o qual impactou sobremaneira as finanças do Grupo. Ao mesmo tempo em que a evasão estudantil reduzia drasticamente a receita, houve a necessidade de absorver tais custos adicionais, gerando um desequilíbrio financeiro que, ainda hoje, repercute negativamente sobre a saúde econômica das empresas.

Assim, pode-se afirmar que, se por um lado a pronta resposta às necessidades educacionais durante a pandemia representou um diferencial positivo da marca e uma demonstração inequívoca de sua vocação institucional, por outro lado esse processo contribuiu para o agravamento da crise atual, cujas consequências vêm sendo suportadas até o presente momento.

Em síntese, as medidas de readequação adotadas pelo Grupo Energia – tanto trabalhistas, quanto operacionais e pedagógicas – constituíram alternativas indispensáveis à manutenção de suas atividades e ao cumprimento de sua missão social. Contudo, tais esforços não foram suficientes para neutralizar os impactos econômicos decorrentes do cenário de recessão, da pandemia e da evasão estudantil, fatores estes que compõem, em conjunto, a origem da situação de crise vivenciada pelas Recuperandas.

“O estímulo à participação dos estudantes na escola é extremamente importante para a assimilação do que é ser cidadão e cidadã, e para sentir-se sujeito do processo educacional. A escola cidadã deve partir da necessidade dos alunos e das alunas defendendo sempre a educação dialógica.” – Paulo Freire.

Ressalta-se que o objetivo central de toda atividade empresarial, independentemente de seu porte ou segmento, é alcançar o equilíbrio financeiro, o qual se traduz no ajustamento adequado entre fluxo de caixa, receitas e despesas, permitindo a manutenção regular da operação e a continuidade de sua função social.

No presente caso (in casu), o Grupo Energia, cujas atividades concentram-se exclusivamente na prestação de serviços educacionais privados, apresenta como fontes de receita basicamente duas vertentes:

1. as mensalidades escolares pagas pelos alunos matriculados nos cursos ofertados, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
2. a venda de materiais didáticos próprios, anteriormente voltada também para o apoio aos extintos cursos superiores, cuja atividade foi descontinuada em razão da crise enfrentada.

Observa-se, portanto, que a estrutura de receitas do Grupo Energia é extremamente dependente do número de matrículas ativas e da comercialização de materiais pedagógicos, não havendo, ao contrário de outros setores da economia, diversificação relevante de fontes de faturamento. Essa dependência direta do corpo discente e de suas mensalidades torna o Grupo ainda mais vulnerável a oscilações macroeconômicas, sociais e conjunturais, como a retração econômica, a pandemia da Covid-19, a evasão escolar e a migração de estudantes para instituições públicas.

Assim, nesta seção do Laudo, proceder-se-á à análise detalhada da evolução da situação econômico-financeira do Grupo Energia no período

compreendido entre os exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e julho de 2025, com enfoque nos seguintes aspectos:

- evolução da receita bruta operacional;
- comportamento das despesas fixas e variáveis (especialmente folha de pagamento, encargos sociais, tributos e despesas administrativas);
- nível de endividamento tributário, trabalhista e financeiro;
- variação do quadro de alunos matriculados e seu impacto direto sobre o faturamento;
- grau de liquidez e solvência ao longo do período;
- e, por fim, a identificação dos principais fatores que contribuíram para a atual situação de crise.

A análise que se seguirá permitirá uma visão objetiva e fundamentada sobre a trajetória econômico-financeira do Grupo nos últimos cinco anos, identificando com clareza a origem, o agravamento e o estágio atual da crise enfrentada, elementos indispensáveis para avaliar a necessidade de reorganização empresarial e a viabilidade da continuidade das atividades no âmbito do Plano de Recuperação Judicial.



BAUMGARTNER
Contabilidade

	2020	2021	2022	2023	2024
01 ENTRADAS	R\$ 13.037.144,92	R\$ 12.372.196,25	R\$ 10.215.989,17	R\$ 10.919.516,87	R\$ 9.415.384,50
01.01 RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 12.975.862,15	R\$ 12.372.196,25	R\$ 9.361.696,67	R\$ 10.844.369,01	R\$ 9.415.384,50
01.01.01 Receitas com Mensalidades	R\$ 10.078.232,56	R\$ 9.334.321,30	R\$ 8.272.288,77	R\$ 9.369.198,97	R\$ 7.654.639,53
01.01.01.01 Mensalidade Educação Infantil	R\$ 457.014,56	R\$ 127.896,41	R\$ 56.861,57	R\$ 102.300,99	R\$ 31.776,13
01.01.01.02 Mensalidade Ensino Fundamental	R\$ 2.393.308,33	R\$ 2.547.285,20	R\$ 2.702.389,09	R\$ 3.278.534,05	R\$ 2.861.435,57
01.01.01.03 Mensalidade Ensino Médio	R\$ 6.008.943,63	R\$ 5.928.814,78	R\$ 4.961.020,78	R\$ 5.672.272,84	R\$ 4.711.388,64
01.01.01.04 Mensalidade Pre Vestibular	R\$ 385.429,25	R\$ 382.817,25	R\$ 347.736,40	R\$ 312.862,53	R\$ 46.039,19
01.01.01.05 Mensalidade Ensino Superior	R\$ 827.516,18	R\$ 346.724,39	R\$ 204.280,93	R\$ 868,08	R\$ 0,00
01.01.01.06 Outras Mensalidades	R\$ 6.020,61	R\$ 783,27	R\$ 0,00	R\$ 2.360,48	R\$ 4.000,00
01.01.02 Receitas com Material Didático	R\$ 1.314.975,42	R\$ 329.652,55	R\$ 92.503,43	R\$ 45.103,79	R\$ 71.192,06
01.01.02.01 MD Educação Infantil	R\$ 71.960,13	R\$ 0,00	R\$ 261,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.02.02 MD Ensino Fundamental	R\$ 429.860,25	R\$ 18.216,00	R\$ 5.512,76	R\$ 3.239,61	R\$ 4.208,98
01.01.02.03 MD Ensino Médio	R\$ 647.991,27	R\$ 22.502,51	R\$ 86.521,11	R\$ 41.864,18	R\$ 66.983,08
01.01.02.04 MD Pre Vestibular	R\$ 162.823,13	R\$ 2.371,91	R\$ 208,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.02.05 Outros Materiais Didáticos	R\$ 2.340,64	R\$ 286.562,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.03 Receita com Atividades de Confraternização	R\$ 164,32	R\$ 30.700,00	R\$ 41.773,00	R\$ 99.445,15	R\$ 20.214,00
01.01.03.02 Churrasco	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.333,00	R\$ 21.040,00	R\$ 18.310,00
01.01.03.05 Formatura	R\$ 164,32	R\$ 30.700,00	R\$ 26.760,00	R\$ 78.405,15	R\$ 0,00
01.01.03.06 Outras Festas e Confraternizações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 680,00	R\$ 0,00	R\$ 1.904,00
01.01.04 Outras Receitas	R\$ 52.864,85	R\$ 145.669,42	R\$ 391.604,07	R\$ 515.770,04	R\$ 345.757,98
01.01.04.01 Taxas Escolares	R\$ 11.740,39	R\$ 10.254,54	R\$ 28.173,42	R\$ 26.655,33	R\$ 30.085,99
01.01.04.02 Sobra de Caixa	R\$ 55,48	R\$ 3,16	R\$ 2,38	R\$ 0,18	R\$ 0,04
01.01.04.03 Saída de Estudos	R\$ 5.400,00	R\$ 0,00	R\$ 2.872,00	R\$ 9.242,00	R\$ 19.193,00
01.01.04.04 Patrocínios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.04.06 Comissão	R\$ 0,00	R\$ 135.000,00	R\$ 272.687,37	R\$ 388.161,31	R\$ 292.832,95
01.01.04.07 Eventos Artísticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.161,01	R\$ 3.201,00	R\$ 3.086,00
01.01.04.08 Crédito Não Identificado	R\$ 0,00	R\$ 411,72	R\$ 0,00	R\$ 1.291,21	R\$ 180,00
01.01.04.09 Uniforme Escolar Alunos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 82.707,89	R\$ 87.219,01	R\$ 380,00
01.01.04.05. Alimentação Educação Infantil	R\$ 35.668,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.05 Receitas com a Marca	R\$ 26.125,00	R\$ 1.632.635,30	R\$ 506.447,40	R\$ 568.907,67	R\$ 968.612,96
01.01.05.01 Empresas Licenciadas	R\$ 26.125,00	R\$ 54.135,00	R\$ 143.386,49	R\$ 103.609,68	R\$ 56.309,60
01.01.05.02 Licenciamento Uniforme	R\$ 0,00	R\$ 5.191,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.05.03 Royalties	R\$ 0,00	R\$ 1.573.308,90	R\$ 363.060,91	R\$ 465.297,99	R\$ 912.303,36
01.01.06 Receitas com Aluguel	R\$ 1.700,00	R\$ 51.223,60	R\$ 56.230,00	R\$ 245.697,39	R\$ 120.325,15
01.01.06.01 Aluguel Salas de Aula	R\$ 1.700,00	R\$ 50.723,60	R\$ 36.209,00	R\$ 222.831,00	R\$ 96.442,00
01.01.06.02 Aluguel Espaço Cantina	R\$ 0,00	R\$ 500,00	R\$ 20.021,00	R\$ 22.866,39	R\$ 23.883,15
01.01.07 Vendas	R\$ 1.501.800,00	R\$ 9.976,00	R\$ 850,00	R\$ 246,00	R\$ 5.634,00
01.01.07.01 Mobiliário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.800,00
01.01.07.03 Venda de Ativos	R\$ 0,00	R\$ 3.754,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.01.07.04 Outras Vendas	R\$ 1.501.800,00	R\$ 6.222,00	R\$ 850,00	R\$ 246,00	R\$ 0,00
01.01.07.05 Cursos Energia Ead	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.834,00
01.02 RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 45.375,09	R\$ 420.411,00	R\$ 28.392,50	R\$ 55.147,86	R\$ 21.008,82
01.02.01 Ressarcimentos	R\$ 32.968,90	R\$ 417.892,63	R\$ 27.362,49	R\$ 54.658,22	R\$ 20.847,89
01.02.01.01 Tarifas Bancárias Ressarcimentos	R\$ 0,00	R\$ 260,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.02.01.02 Outros Ressarcimentos	R\$ 20.141,70	R\$ 416.260,53	R\$ 23.178,49	R\$ 54.658,22	R\$ 20.847,89
01.02.01.03 Funcionário Ressarcimento	R\$ 12.827,20	R\$ 1.372,00	R\$ 4.184,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.02.02 Aplicações	R\$ 12.406,19	R\$ 2.518,37	R\$ 1.030,01	R\$ 489,64	R\$ 160,93
01.02.02.01 Rendimento Conta	R\$ 16,14	R\$ 2.518,37	R\$ 580,01	R\$ 489,64	R\$ 160,93
01.02.02.02. Entrada Cheque Devolvido	R\$ 12.390,05	R\$ 0,00	R\$ 450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.03 RECEITAS DIVERSAS	R\$ 15.907,68	R\$ 417.607,08	R\$ 825.900,00	R\$ 20.000,00	R\$ 208.000,00
01.03.01 Empréstimos	R\$ 15.907,68	R\$ 251.000,00	R\$ 395.900,00	R\$ 0,00	R\$ 208.000,00
01.03.01.01 Empresimo de Pessoa Física	R\$ 0,00	R\$ 251.000,00	R\$ 395.900,00	R\$ 0,00	R\$ 208.000,00
01.03.01.02 Empréstimos de Pessoa Jurídica	R\$ 15.907,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.03.02 Mútuo	R\$ 0,00	R\$ 166.607,08	R\$ 430.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
01.03.02.01 Mútuo de Pessoa Física	R\$ 0,00	R\$ 166.607,08	R\$ 430.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00



BAUMGARTNER
Contabilidade

02 SAÍDAS	R\$ 13.871.507,13	R\$ 12.339.803,10	R\$ 10.213.253,38	R\$ 10.757.612,39	R\$ 8.666.394,35
02.01 DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 11.663.947,86	R\$ 11.993.068,68	R\$ 9.700.240,37	R\$ 10.338.005,45	R\$ 8.268.090,44
02.01.01 Pessoal	R\$ 9.284.246,18	R\$ 8.460.205,75	R\$ 6.902.332,84	R\$ 6.249.383,51	R\$ 5.493.550,69
02.01.01.01 Benefícios Assistenciais	R\$ 139.793,91	R\$ 207.597,11	R\$ 217.248,64	R\$ 209.369,21	R\$ 162.846,40
02.01.01.01.03 Vale Refeição	R\$ 107.764,60	R\$ 143.117,95	R\$ 152.541,40	R\$ 124.170,80	R\$ 93.863,60
02.01.01.01.04 Vale Transporte	R\$ 32.029,31	R\$ 64.479,16	R\$ 64.707,24	R\$ 85.198,41	R\$ 68.982,80
02.01.01.02 Encargos Sociais	R\$ 381.272,09	R\$ 389.508,04	R\$ 154.784,24	R\$ 54.496,87	R\$ 22.265,92
02.01.01.02.01 FGTS	R\$ 370.233,75	R\$ 377.904,16	R\$ 106.378,87	R\$ 11.431,88	R\$ 15.568,93
02.01.01.02.02 INSS - Salário	R\$ 11.038,34	R\$ 11.603,88	R\$ 2.597,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.01.02.04 Acordo FGTS Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.064,99	R\$ 6.696,99
02.01.01.03 Outras Despesas de Pessoal	R\$ 57.552,51	R\$ 44.052,62	R\$ 28.886,03	R\$ 26.079,29	R\$ 46.586,99
02.01.01.03.01 Ajuda de Custos	R\$ 25.761,52	R\$ 12.038,25	R\$ 6.870,00	R\$ 7.868,00	R\$ 8.400,00
02.01.01.03.03 Contribuição Sindical Colaborador	R\$ 898,18	R\$ 2.794,55	R\$ 2.959,68	R\$ 2.980,78	R\$ 1.432,92
02.01.01.03.04 Estágio	R\$ 5.830,00	R\$ 1.540,00	R\$ 2.023,00	R\$ 2.589,78	R\$ 1.337,70
02.01.01.03.05 Medicina do Trabalho	R\$ 16.236,00	R\$ 22.701,54	R\$ 16.820,17	R\$ 11.740,73	R\$ 19.451,35
02.01.01.03.06 Doações	R\$ 1.515,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.01.03.07 Multas e Notificações DRT/FGTS	R\$ 402,53	R\$ 378,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.01.03.08 Uniforme Funcionário	R\$ 0,00	R\$ 3.998,32	R\$ 213,18	R\$ 0,00	R\$ 14.826,46
02.01.01.03.10 Cursos e Treinamentos	R\$ 6.909,28	R\$ 601,61	R\$ 0,00	R\$ 900,00	R\$ 1.138,56
02.01.01.04 Remuneração	R\$ 8.705.627,67	R\$ 7.819.047,98	R\$ 6.501.413,93	R\$ 5.959.438,14	R\$ 5.261.851,38
02.01.01.04.01 Salários	R\$ 6.010.751,37	R\$ 5.182.749,15	R\$ 4.856.034,61	R\$ 4.647.936,15	R\$ 4.258.292,58
02.01.01.04.02 13 Salário	R\$ 215.211,81	R\$ 464.581,49	R\$ 469.586,52	R\$ 388.835,62	R\$ 353.843,00
02.01.01.04.03 Convênio	R\$ 284.097,16	R\$ 184.756,92	R\$ 60.830,79	R\$ 40.704,90	R\$ 18.694,11
02.01.01.04.04 Pensões Alimentícias	R\$ 39.540,18	R\$ 40.612,09	R\$ 47.891,58	R\$ 58.641,19	R\$ 54.144,85
02.01.01.04.05 Rescisões Trabalhista	R\$ 95.930,28	R\$ 225.027,51	R\$ 122.763,53	R\$ 33.233,00	R\$ 31.344,64
02.01.01.04.06 Acordo Trabalhista	R\$ 1.697.109,97	R\$ 1.313.583,07	R\$ 457.916,96	R\$ 339.624,52	R\$ 100.729,00
02.01.01.04.07 Trabalhos Terceirizados	R\$ 362.986,90	R\$ 407.737,75	R\$ 486.389,94	R\$ 450.462,76	R\$ 444.803,20
02.01.02 Materiais	R\$ 90.975,55	R\$ 2.089.105,11	R\$ 513.755,31	R\$ 871.300,95	R\$ 542.505,78
02.01.02.01 Assinatura Periódicos/Certificado Digital	R\$ 2.278,40	R\$ 2.100,60	R\$ 1.629,40	R\$ 1.066,00	R\$ 923,00
02.01.02.02 Laboratório QMC/FIS/BIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.02.03 Material Limpeza/Copa e Cozinha	R\$ 10.075,65	R\$ 15.055,08	R\$ 14.410,27	R\$ 36.452,20	R\$ 37.327,24
02.01.02.04 Material de Escritório	R\$ 7.316,14	R\$ 7.339,38	R\$ 11.441,34	R\$ 14.280,64	R\$ 12.483,49
02.01.02.05 Material de Papelaria/alunos	R\$ 529,59	R\$ 62,00	R\$ 448,55	R\$ 2.051,85	R\$ 292,32
02.01.02.06 Material de Tecnologia da Informação	R\$ 4.407,08	R\$ 8.254,27	R\$ 5.883,55	R\$ 8.942,07	R\$ 16.582,49
02.01.02.07 Material Didático Alunos	R\$ 65.927,89	R\$ 2.055.703,85	R\$ 405.225,66	R\$ 758.980,33	R\$ 453.794,76
02.01.02.08 Material Biblioteca	R\$ 54,90	R\$ 0,00	R\$ 467,04	R\$ 344,50	R\$ 25,00
02.01.02.09 Material Sala de Aula	R\$ 385,90	R\$ 589,93	R\$ 2.242,01	R\$ 1.750,83	R\$ 564,31
02.01.02.10 Material Uniforme Escolar Alunos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.432,53	R\$ 20.513,17
02.01.03 Outras Despesas	R\$ 316.865,68	R\$ 167.728,96	R\$ 255.840,11	R\$ 335.260,64	R\$ 363.328,50
02.01.03.01 Datas Comemorativas	R\$ 0,00	R\$ 1.200,00	R\$ 3.304,03	R\$ 1.646,65	R\$ 7.275,08
02.01.03.01.01 Despesa com Datas Comemorativas	R\$ 0,00	R\$ 1.200,00	R\$ 3.304,03	R\$ 1.646,65	R\$ 7.275,08
02.01.03.02 Despesas de Representação	R\$ 1.998,30	R\$ 1.389,74	R\$ 2.459,16	R\$ 477,35	R\$ 6.253,89
02.01.03.02.02 Homenagem Postuma	R\$ 300,00	R\$ 600,00	R\$ 300,00	R\$ 350,00	R\$ 0,00
02.01.03.02.04 Presentes e Brindes	R\$ 1.698,30	R\$ 789,74	R\$ 2.159,16	R\$ 127,35	R\$ 0,00
02.01.03.02.05 Confraternizações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.253,89



BAUMGARTNER
Contabilidade

02.01.03.03 Devoluções e Abatimentos	R\$ 31.519,41	R\$ 22.671,78	R\$ 20.731,49	R\$ 7.955,96	R\$ 27.439,34
02.01.03.03.01 Dev Mens Ensino Infantil	R\$ 1.670,00	R\$ 4.907,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.03.02 Dev Mens Ensino Fundamental	R\$ 6.201,00	R\$ 0,00	R\$ 14.381,02	R\$ 2.589,10	R\$ 0,00
02.01.03.03.03 Dev Mens Ensino Médio	R\$ 4.844,00	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 944,00	R\$ 18.078,21
02.01.03.03.04 Dev Mens PréVestibular	R\$ 18.222,96	R\$ 12.985,20	R\$ 6.350,47	R\$ 4.374,86	R\$ 9.361,13
02.01.03.03.05 Dev Mens Ensino Superior	R\$ 369,00	R\$ 475,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.03.06 Outras Devoluções e Abatimentos	R\$ 212,45	R\$ 3.804,00	R\$ 0,00	R\$ 48,00	R\$ 0,00
02.01.03.04 Pró-labore	R\$ 72.611,06	R\$ 2.766,00	R\$ 0,00	R\$ 31.500,00	R\$ 153.369,02
02.01.03.04.01 Pro-labore Fabio Galberto Filippin	R\$ 43,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.04.02 Pró-labore Gabriela Galberto Filippin	R\$ 72.567,09	R\$ 2.766,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.04.04 Pró-labore Percy Haensch	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.500,00	R\$ 153.369,02
02.01.03.05 Impostos e Tributos	R\$ 147.636,51	R\$ 77.594,75	R\$ 203.838,96	R\$ 255.411,30	R\$ 129.559,15
02.01.03.05.06 ISS - Imposto S/Serviços	R\$ 1.033,10	R\$ 5.156,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.05.08 Refis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.927,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.05.09 Taxas Prefeitura	R\$ 146.278,41	R\$ 71.280,65	R\$ 195.786,21	R\$ 255.118,30	R\$ 126.479,15
02.01.03.05.10 Taxas Jucesc	R\$ 325,00	R\$ 1.158,00	R\$ 125,00	R\$ 293,00	R\$ 3.080,00
02.01.03.06 Outras Despesas	R\$ 47.800,30	R\$ 55.074,84	R\$ 24.555,15	R\$ 33.340,90	R\$ 39.098,56
02.01.03.06.01 Quebra de Caixa	R\$ 10,81	R\$ 7,88	R\$ 9,54	R\$ 1,61	R\$ 0,99
02.01.03.06.02 Despesas com Correio	R\$ 1.847,68	R\$ 2.101,91	R\$ 403,64	R\$ 460,85	R\$ 36,52
02.01.03.06.03 Despesas com Cartório	R\$ 825,87	R\$ 493,25	R\$ 199,75	R\$ 130,89	R\$ 991,81
02.01.03.06.04 Despesas com Manutenção	R\$ 44.761,20	R\$ 52.324,66	R\$ 23.916,87	R\$ 32.747,55	R\$ 38.069,24
02.01.03.06.07. Frete	R\$ 354,14	R\$ 147,14	R\$ 25,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.07 Outras Despesas Acadêmicas	R\$ 4.880,00	R\$ 4.628,00	R\$ 436,00	R\$ 4.158,00	R\$ 0,00
02.01.03.07.01 Registro Diplomas	R\$ 4.880,00	R\$ 4.628,00	R\$ 436,00	R\$ 4.158,00	R\$ 0,00
02.01.03.08. Saúde e Bem Estar	R\$ 590,39	R\$ 1.999,45	R\$ 515,32	R\$ 770,48	R\$ 333,46
02.01.03.08.01. Material Saúde e Bem Estar	R\$ 590,39	R\$ 1.999,45	R\$ 515,32	R\$ 770,48	R\$ 333,46
02.01.03.09 Sindicatos e Associações	R\$ 9.829,71	R\$ 404,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.03.09.01 Contribuição Sindical Patronal	R\$ 9.829,71	R\$ 404,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04 Serviços de Terceiros	R\$ 1.971.860,45	R\$ 1.276.028,86	R\$ 2.028.312,11	R\$ 2.882.060,35	R\$ 1.868.705,47
02.01.04.01 Alimentação e Lanche	R\$ 9.843,77	R\$ 0,00	R\$ 110,14	R\$ 0,00	R\$ 2.643,51
02.01.04.01.02 Alimentação Sala Professores	R\$ 212,63	R\$ 0,00	R\$ 110,14	R\$ 0,00	R\$ 2.643,51
02.01.04.01.03 Alimentação Ensino Infantil	R\$ 9.631,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.02 Aluguel	R\$ 762.568,73	R\$ 177.000,00	R\$ 1.265.174,10	R\$ 2.070.552,87	R\$ 515.740,17
02.01.04.02.01 Rua Saldanha Marinho, 51 Aluguel	R\$ 15.924,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.02.03 Rua Saldanha Marinho, 56 Aluguel	R\$ 67.144,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.02.07 Rua Santos Dumont, 36 Aluguel	R\$ 512.935,20	R\$ 177.000,00	R\$ 1.265.174,10	R\$ 2.070.552,87	R\$ 515.740,17
02.01.04.02.09 Rua Irmão Joaquim, 139 Aluguel	R\$ 166.564,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.03 Serviços de Utilidade Pública	R\$ 281.949,10	R\$ 209.627,49	R\$ 256.995,91	R\$ 245.018,08	R\$ 301.110,09
02.01.04.03.01 Agua e Esgoto	R\$ 24.530,64	R\$ 35.874,48	R\$ 59.289,00	R\$ 52.753,88	R\$ 97.517,26
02.01.04.03.02 Energia Elétrica	R\$ 162.759,82	R\$ 149.433,86	R\$ 168.146,24	R\$ 161.334,93	R\$ 171.903,34
02.01.04.03.03 Fibra/Comunicação de Dados	R\$ 10.161,29	R\$ 1.704,82	R\$ 244,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.03.04 Internet	R\$ 67.963,93	R\$ 15.813,01	R\$ 22.497,97	R\$ 20.747,92	R\$ 19.493,67
02.01.04.03.05 Telefonia	R\$ 16.073,19	R\$ 5.511,94	R\$ 5.593,84	R\$ 5.706,18	R\$ 10.172,56
02.01.04.03.06. Seguro Patrimonial	R\$ 460,23	R\$ 1.289,38	R\$ 1.224,09	R\$ 4.475,17	R\$ 2.023,26



BAUMGARTNER

Contabilidade

02.01.04.06 Propaganda e Publicidade	R\$ 140.441,58	R\$ 99.564,86	R\$ 13.102,21	R\$ 35.379,15	R\$ 175.506,73
02.01.04.06.01 Agenciamento FEE	R\$ 8.228,17	R\$ 21.308,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.06.02 Assessoria de Imprensa	R\$ 27.500,00	R\$ 0,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.06.03 Planejamento Campanha	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.020,79
02.01.04.06.04 Produção Propaganda e Publicidade	R\$ 10.978,18	R\$ 21.793,95	R\$ 4.550,88	R\$ 23.875,26	R\$ 118.787,92
02.01.04.06.05 Veiculação Propaganda e Publicidade	R\$ 92.735,23	R\$ 56.162,44	R\$ 6.901,33	R\$ 10.543,89	R\$ 51.515,96
02.01.04.06.06 Comissão Propaganda e Publicidade	R\$ 0,00	R\$ 3.300,00	R\$ 1.650,00	R\$ 960,00	R\$ 182,06
02.01.04.07 Manutenção e Suporte Técnico de Sist	R\$ 185.993,67	R\$ 78.612,36	R\$ 47.395,97	R\$ 63.854,77	R\$ 67.182,50
02.01.04.07.01 Sistema Contabil	R\$ 10.604,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.07.02 Sistema de Cobrança e Negativação	R\$ 4.100,49	R\$ 478,09	R\$ 578,37	R\$ 612,99	R\$ 610,96
02.01.04.07.03 Sistema de Recursos Humanos	R\$ 21.047,25	R\$ 3.429,88	R\$ 4.564,52	R\$ 5.828,62	R\$ 2.386,40
02.01.04.07.04 Sistema de Telefonia	R\$ 42.000,00	R\$ 37.300,00	R\$ 26.000,00	R\$ 0,00	R\$ 190,00
02.01.04.07.05 Sistema Gerencial/Gestão Escolar	R\$ 108.241,27	R\$ 37.404,39	R\$ 16.253,08	R\$ 57.413,16	R\$ 63.995,14
02.01.04.08 Registro de Marca	R\$ 6.987,50	R\$ 6.837,50	R\$ 2.991,00	R\$ 2.859,00	R\$ 0,00
02.01.04.08.01 Honorários de Marcas	R\$ 3.980,00	R\$ 3.980,00	R\$ 1.991,00	R\$ 2.859,00	R\$ 0,00
02.01.04.08.02 Registros e Renovação	R\$ 3.007,50	R\$ 2.857,50	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.09 Processos Judiciais	R\$ 30.594,10	R\$ 10.343,45	R\$ 2.243,00	R\$ 3.992,12	R\$ 9.461,45
02.01.04.09.01 Processo de Cobrança	R\$ 29.216,21	R\$ 10.343,45	R\$ 2.243,00	R\$ 1.705,04	R\$ 1.918,22
02.01.04.09.02 Outros Processos	R\$ 1.377,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.287,08	R\$ 7.543,23
02.01.04.11 Honorários	R\$ 381.550,05	R\$ 611.951,30	R\$ 325.071,08	R\$ 340.985,50	R\$ 685.572,25
02.01.04.11.01 Honorário Contabil	R\$ 145.889,80	R\$ 194.881,30	R\$ 50.379,08	R\$ 65.460,09	R\$ 218.877,25
02.01.04.11.02 Honorário Jurídico	R\$ 235.660,25	R\$ 415.920,00	R\$ 272.850,00	R\$ 275.525,41	R\$ 264.195,00
02.01.04.11.03 Honorário de Cobrança	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.842,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.11.04 Honorário de Consultoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 202.500,00
02.01.04.12 Impresos	R\$ 7.814,80	R\$ 7.218,04	R\$ 13.433,25	R\$ 15.688,74	R\$ 16.428,66
02.01.04.12.01 Cópias e Reproduções	R\$ 6.466,60	R\$ 7.140,05	R\$ 12.136,83	R\$ 15.688,74	R\$ 16.348,86
02.01.04.12.02 Requerimentos diversos	R\$ 1.348,20	R\$ 77,99	R\$ 1.296,42	R\$ 0,00	R\$ 79,80
02.01.04.13 Limpeza e Vigilância	R\$ 136.715,74	R\$ 29.919,68	R\$ 5.551,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.13.01 Limpeza e Conservação	R\$ 129.607,33	R\$ 17.877,89	R\$ 2.597,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.13.02 Vigilância Eletrônica/Alarme	R\$ 7.108,41	R\$ 12.041,79	R\$ 2.954,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.14 Despesas com Ar condicionado	R\$ 2.342,00	R\$ 4.159,98	R\$ 1.018,00	R\$ 682,97	R\$ 2.385,90
02.01.04.14.01 Manutenção Ar condicionado	R\$ 2.342,00	R\$ 3.588,78	R\$ 1.018,00	R\$ 0,00	R\$ 2.385,90
02.01.04.14.02 Material Ar condicionado	R\$ 0,00	R\$ 571,20	R\$ 0,00	R\$ 682,97	R\$ 0,00
02.01.04.15 Despesas com Elevador	R\$ 4.553,94	R\$ 19.604,90	R\$ 7.279,92	R\$ 7.291,92	R\$ 3.288,56
02.01.04.15.01 Manutenção Elevador	R\$ 3.553,94	R\$ 19.460,40	R\$ 2.141,02	R\$ 3.962,32	R\$ 3.051,62
02.01.04.15.02 Material Elevador	R\$ 1.000,00	R\$ 144,50	R\$ 5.138,90	R\$ 3.329,60	R\$ 236,94
02.01.04.23 Despesas com Veículos	R\$ 7.585,34	R\$ 4.249,69	R\$ 1.743,75	R\$ 2.851,93	R\$ 1.309,97
02.01.04.23.01 Combustível	R\$ 2.627,81	R\$ 2.118,98	R\$ 200,00	R\$ 1.387,87	R\$ 300,00
02.01.04.23.02 Documentação Veículo	R\$ 2.241,37	R\$ 868,19	R\$ 903,75	R\$ 1.464,06	R\$ 1.009,97
02.01.04.23.03 Manutenção Veículo	R\$ 2.716,16	R\$ 1.262,52	R\$ 640,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.24 Despesas com TI	R\$ 0,03	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.24.01 Desenvolvimento de sistemas	R\$ 0,03	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.25 Despesas Com Licenciadas	R\$ 516,40	R\$ 297,85	R\$ 10.909,93	R\$ 66,62	R\$ 2.152,27
02.01.04.25.02 Taxas e Custas Processos Licenciadas	R\$ 516,40	R\$ 297,85	R\$ 10.909,93	R\$ 66,62	R\$ 2.152,27
02.01.04.26 Despesas com Educação Física	R\$ 7.477,90	R\$ 1.438,00	R\$ 5.006,04	R\$ 24.396,74	R\$ 26.594,38
02.01.04.26.02 Locação de Espaço Educação Física	R\$ 6.270,00	R\$ 1.408,00	R\$ 4.224,00	R\$ 24.080,00	R\$ 24.838,00
02.01.04.26.03 Material Esportivo Educação Física	R\$ 1.207,90	R\$ 30,00	R\$ 782,04	R\$ 316,74	R\$ 1.756,38
02.01.04.27 Vestibular	R\$ 0,00	R\$ 353,99	R\$ 4.311,08	R\$ 570,40	R\$ 11.984,03
02.01.04.27.02 Cobertura de Vestibulares	R\$ 0,00	R\$ 353,99	R\$ 4.311,08	R\$ 570,40	R\$ 11.984,03



BAUMGARTNER
Contabilidade

02.01.04.28 Festas e Confraternizações Alunos	R\$ 2.048,40	R\$ 3.552,47	R\$ 41.887,33	R\$ 47.165,55	R\$ 35.917,74
02.01.04.28.01 Jogos e Olimpíadas	R\$ 99,34	R\$ 2.769,79	R\$ 12.426,30	R\$ 19.549,20	R\$ 12.182,17
02.01.04.28.02 Arraial Energia Festa Junina	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.784,56	R\$ 1.450,00	R\$ 900,00
02.01.04.28.03 Churrasco	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.666,47	R\$ 24.507,11	R\$ 21.485,57
02.01.04.28.06 Outras Festas e Confraternização	R\$ 1.949,06	R\$ 782,68	R\$ 4.010,00	R\$ 1.659,24	R\$ 1.350,00
02.01.04.29 Formatura	R\$ 984,40	R\$ 6.299,19	R\$ 10.106,92	R\$ 2.481,49	R\$ 1.688,60
02.01.04.29.01 Convites Formatura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 785,45	R\$ 650,00	R\$ 0,00
02.01.04.29.02 Devolução de Taxas Formatura	R\$ 230,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.29.07 Locações Formatura	R\$ 0,00	R\$ 5.500,00	R\$ 7.044,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.29.07 Outras Despesas Formatura	R\$ 754,40	R\$ 799,19	R\$ 2.277,40	R\$ 1.831,49	R\$ 1.688,60
02.01.04.30 Simulado	R\$ 0,00	R\$ 219,97	R\$ 543,74	R\$ 160,01	R\$ 0,00
02.01.04.30.02 Pessoal Contratado Prova Simulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.01.04.30.03 Alimentação Simulado	R\$ 0,00	R\$ 219,97	R\$ 143,74	R\$ 160,01	R\$ 0,00
02.01.04.31 Eventos Escolares	R\$ 1.893,00	R\$ 1.078,14	R\$ 12.437,15	R\$ 18.062,49	R\$ 9.581,95
02.01.04.31.01 Noite é uma Criança	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.110,00	R\$ 3.145,00	R\$ 3.113,50
02.01.04.31.02 Noite de Aplausos	R\$ 1.643,00	R\$ 1.078,14	R\$ 6.176,00	R\$ 7.609,62	R\$ 2.236,90
02.01.04.31.03 Saída de Estudos Despesa	R\$ 250,00	R\$ 0,00	R\$ 3.351,15	R\$ 6.709,01	R\$ 4.008,88
02.01.04.31.05 Semana das Profissões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 598,86	R\$ 222,67
02.01.04.34 Prova Terceirão	R\$ 0,00	R\$ 3.400,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 156,71
02.01.04.34.01 Pessoal Contratado Prova Terceirão	R\$ 0,00	R\$ 3.400,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 45,00
02.01.04.34.02 Alimentação Prova	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 111,71
02.02 INVESTIMENTOS	R\$ 5.089,26	R\$ 0,00	R\$ 4.563,27	R\$ 1.726,86	R\$ 10.565,48
02.02.01 Eletrodoméstico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.397,40	R\$ 931,60	R\$ 0,00
02.02.02 Máquinas e Equipamentos	R\$ 272,88	R\$ 0,00	R\$ 3.165,87	R\$ 795,26	R\$ 10.565,48
02.02.05 Móveis	R\$ 396,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.02.06 Outros Investimentos	R\$ 4.419,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03 DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 874.040,61	R\$ 262.043,32	R\$ 499.593,30	R\$ 405.880,08	R\$ 387.738,43
02.03.01 Empréstimo Realizados	R\$ 340.342,48	R\$ 8.003.930,00	R\$ 227.800,26	R\$ 122.691,70	R\$ 297.370,00
02.03.01.01 Empréstimo Pessoa Jurídica	R\$ 167.843,64	R\$ 34.951,62	R\$ 42.143,26	R\$ 38.681,70	R\$ 0,00
02.03.01.02 Empréstimo Pessoa Física	R\$ 172.498,84	R\$ 45.087,68	R\$ 185.657,00	R\$ 84.010,00	R\$ 297.370,00
02.03.02 Despesa Financeira	R\$ 533.698,13	R\$ 167.740,71	R\$ 233.382,71	R\$ 238.696,82	R\$ 90.368,43
02.03.02.01 Tarifa de Cobrança	R\$ 132.041,48	R\$ 143.775,81	R\$ 206.661,08	R\$ 11.321,64	R\$ 6.457,23
02.03.02.02 Juros e IOF/IOC	R\$ 353.413,52	R\$ 939,50	R\$ 3.782,49	R\$ 3.514,26	R\$ 1.131,79
02.03.02.03 Taxas e Manutenções	R\$ 18.401,48	R\$ 21.725,04	R\$ 22.815,80	R\$ 17.443,45	R\$ 17.488,07
02.03.02.04 Juros Pagos	R\$ 29.841,65	R\$ 1.300,36	R\$ 123,34	R\$ 9.094,78	R\$ 0,00
02.03.02.05 Antecipação de Recebíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 197.322,69	R\$ 65.291,34
02.03.03 Bloqueio Judicial c/c	R\$ 0,00	R\$ 14.263,31	R\$ 38.410,33	R\$ 44.491,56	R\$ 0,00
02.03.03.01 Internacional School Bloqueio Judicial	R\$ 0,00	R\$ 14.263,31	R\$ 23.548,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03.03.02 União Fazenda Nacional Bloqueio Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.861,59	R\$ 44.491,56	R\$ 0,00
02.04 DESPESAS COM TERCEIROS	R\$ 1.328.429,40	R\$ 84.691,10	R\$ 8.856,44	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00
02.04.01 Empresa Grafica	R\$ 5.861,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.01.01 Honorários Contábeis Gráfica	R\$ 2.615,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.01.02 Tributação Gráfica	R\$ 3.246,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.03 Empresa Supletivo	R\$ 2.861,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.03.01 Honorários Contábeis Supletivo	R\$ 2.615,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.03.02 Tributação Supletivo	R\$ 246,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.04 Retiradas	R\$ 1.319.705,66	R\$ 84.691,10	R\$ 8.856,44	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00
02.04.04.01 Retirada Marlene Galberto Haensch	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.04.02 Retirada Percy Haensch	R\$ 1.316.705,66	R\$ 27.500,00	R\$ 6.682,64	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00
02.04.04.04 Retirada Gabriela Galberto Filippin	R\$ 0,00	R\$ 36.191,10	R\$ 2.173,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.04.04.05 Retirada Fabio Galberto Filippin	R\$ 0,00	R\$ 21.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sem plano de contas	R\$ 0,00	R\$ 1.054,40	R\$ 1.989,11		
RESULTADO	-R\$ 834.362,21	R\$ 31.338,75	R\$ 746,68	R\$ 161.904,48	R\$ 748.990,15

Em 31 de julho de 2025, o Grupo Energia apresentava a seguinte Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), elaborada em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e considerando as informações prestadas pelas Recuperandas:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/07/2025		
Descrição	Saldo	Total
RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	718.526,89	718.526,89
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) ISS	(14.419,09)	
(-) COFINS	(21.555,81)	
(-) PIS	(4.670,42)	(40.645,32)
= RECEITA LÍQUIDA		677.881,57
= LUCRO BRUTO		677.881,57
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(792.849,90)
DESPESAS PESSOAL		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(245.686,27)	
PRÓ-LABORE	(18.954,17)	
13º SALÁRIO	(262.161,29)	
FÉRIAS	(39.321,73)	
INSS	(149.444,96)	
FGTS	(46.905,90)	
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	1.834,35	
VALE TRANSPORTE	(3.439,68)	
BOLSA-AUXÍLIO	(1.520,00)	
VALE REFEIÇÃO	(10.471,20)	
RESCISÃO	(16.779,05)	(792.849,90)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	(5.821,82)	
IPITU	(14.238,01)	
TAXAS DIVERSAS	(4.314,31)	
ENTIDADES DE CLASSE E ASSOCIAÇÕES	(633,39)	
TELEFONE E INTERNET	(1.253,01)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(1.261,09)	
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(252,76)	
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	(15.000,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(153.098,44)	
MATERIAL USO E CONSUMO	(7.044,94)	
MANUTENÇÃO E REPAROS	(262,05)	
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	(6.667,66)	
COMBUSTÍVEL	(3.429,77)	
SOFTWARE E SISTEMAS	(2.696,88)	
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	(1.478,37)	
DESPESAS INDEUTÍVEIS	(35.737,77)	
OUTRAS DESPESAS	(5.068,60)	
REFEIÇÕES	(5.337,90)	
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	(10.720,71)	(274.317,48)
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFA BANCÁRIA	(1.355,75)	
JUROS DE MORA	(1.551,66)	(2.907,41)
(+/-) RECEITAS FINANCEIRAS		
RENDIMENTO DE APLICAÇÕES	28,42	
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	24,20	
OUTRAS RECEITAS	850,00	
JUROS OBTIDOS	788,50	1.691,12
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL		(390.502,10)
= RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL	(390.502,10)	(390.502,10)
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		(390.502,10)
= LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(390.502,10)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(390.502,10)

O resultado negativo apurado no exercício findo em julho de 2025 decorreu, em grande parte, do processo de mudança de endereço promovido pelo Grupo Energia, o qual demandou expressivos investimentos em obras de adequação e reforma da nova sede administrativa e operacional.

As despesas vinculadas a esse processo possuem natureza extraordinária e não recorrente motivo pelo qual não devem ser interpretadas como reflexo da atividade ordinária do Grupo. Tais dispêndios impactaram diretamente o desempenho econômico-financeiro do período analisado, reduzindo a margem operacional e contribuindo para o resultado deficitário registrado.

Ressalta-se, contudo, que os recursos destinados à execução dessas melhorias foram integralmente provenientes do SAS, garantindo a viabilidade econômico-financeira do projeto de transição e permitindo a adaptação da nova infraestrutura às necessidades operacionais, pedagógicas e estratégicas do Grupo.

Sob a perspectiva de médio e longo prazo, essa mudança revela-se fundamental para:

- assegurar condições adequadas de ensino e de atendimento ao corpo discente;
- proporcionar melhor ambiente de trabalho para docentes e colaboradores;
- viabilizar a centralização das operações administrativas, com consequente ganho de eficiência e redução de custos futuros;
- reforçar a imagem institucional do Grupo Energia junto a alunos, famílias e ao mercado educacional.

Portanto, o impacto financeiro negativo registrado em julho de 2025 deve ser considerado pontual e transitório, decorrente de um processo de reestruturação e de fortalecimento da base física e organizacional, não se confundindo com a tendência de desempenho operacional do Grupo em sua atividade principal de prestação de serviços educacionais.

As dificuldades enfrentadas pelo Grupo Energia nos últimos anos encontram-se claramente evidenciadas na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) apresentada no quadro anterior.

Verifica-se que, ao longo de todos os períodos analisados, o Grupo Energia registrou resultados líquidos negativos, em valores expressivos, refletindo a gravidade da crise econômico-financeira que se instalou.

O impacto mais acentuado ocorreu, sobretudo, nos exercícios de 2020 e 2021, quando a pandemia da Covid-19 passou a comprometer de forma decisiva as atividades educacionais do Grupo e, por consequência, o seu resultado operacional. A evasão de alunos, a inadimplência, os custos adicionais com a implementação das aulas remotas e a impossibilidade de redução imediata da folha de pagamento e demais despesas fixas, geraram um desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas, resultando em prejuízos recorrentes.

Esse cenário demonstra que as perdas apuradas não decorreram de má gestão ou de descontrole administrativo, mas sim de eventos externos e extraordinários, que impactaram diretamente o setor educacional privado em todo o País, conforme amplamente reconhecido por órgãos governamentais e entidades de classe.

Assim, os resultados negativos devem ser analisados sob essa perspectiva conjuntural, não servindo como indicador absoluto da inviabilidade do Grupo, mas sim como justificativa da necessidade de reorganização empresarial e financeira, por meio de instrumentos legais como a recuperação judicial ou a transação tributária, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico e assegurar a continuidade da função social desempenhada pelas empresas do Grupo Energia.

Essa acentuada perda de faturamento, verificada especialmente nos exercícios de 2019 e 2025, guarda relação direta com a redução significativa no número de alunos matriculados nesses mesmos períodos.

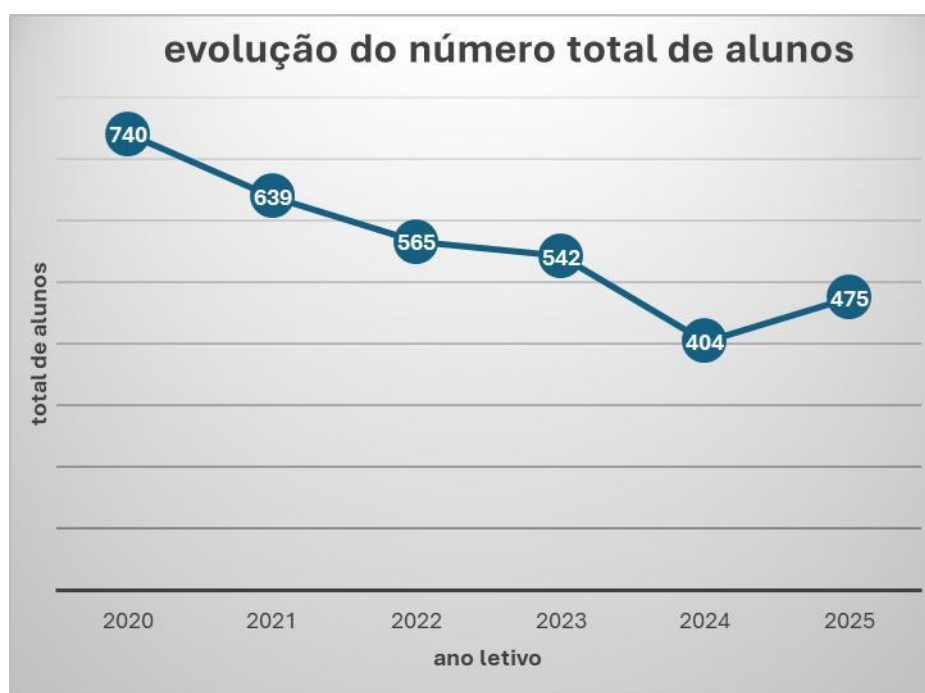
Conforme demonstra o gráfico a seguir, há uma clara correlação entre o declínio do corpo discente e a queda da receita operacional, uma vez que a principal fonte de faturamento do Grupo Energia decorre exclusivamente das mensalidades escolares.

Tal comportamento evidencia a alta dependência do Grupo em relação ao número de matrículas ativas, revelando-se um fator estrutural de

vulnerabilidade financeira, sobretudo em períodos de retração econômica e crise setorial.

Dessa forma, o gráfico que se apresenta a seguir ilustra de maneira objetiva o impacto direto da evasão estudantil sobre a receita, confirmando que os anos de 2020 e 2025 representam marcos críticos na trajetória econômico-financeira do Grupo Energia.

Essa destacada perda de faturamento, ocorrido nos exercícios de 2020 e 2025, pode ser refletida na queda no número de alunos nesses mesmos anos, conforme destaca o gráfico a seguir:



3. MERCADO

3.1 BREVE HISTÓRICO DO SETOR

O setor de educação privada no Brasil ocupa papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do País, atuando de forma complementar à rede pública de ensino. Historicamente, a expansão desse segmento esteve

diretamente relacionada ao crescimento da demanda por educação de qualidade e ao processo de urbanização e profissionalização da população, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Nos anos 1990, com a estabilização econômica advinda do Plano Real e a ampliação do acesso ao crédito, houve forte expansão das instituições privadas, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Esse movimento foi consolidado nos anos 2000, impulsionado por programas governamentais de incentivo ao ingresso em universidades, como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos), os quais ampliaram o público-alvo das instituições privadas de ensino superior.

Na educação básica, observou-se crescente valorização do ensino privado como alternativa às deficiências estruturais do setor público, especialmente nas grandes cidades. Houve também maior profissionalização da gestão escolar, com foco na adoção de sistemas de ensino próprios, investimentos em tecnologia educacional, capacitação docente e expansão de serviços de apoio psicopedagógico.

Contudo, o setor sempre esteve sensível às oscilações macroeconômicas. Em períodos de recessão e aumento do desemprego, a evasão escolar e a inadimplência tendem a crescer, pressionando a sustentabilidade financeira das instituições. Tal vulnerabilidade foi significativamente intensificada durante a pandemia da Covid-19 (2020-2022), quando escolas de todo o País precisaram adaptar-se repentinamente ao modelo remoto de ensino, o que exigiu altos investimentos em infraestrutura tecnológica e capacitação docente, ao mesmo tempo em que houve expressiva redução no número de matrículas e na adimplência.

Atualmente, o setor de educação privada enfrenta o desafio de recompor sua base de alunos e de adaptar-se às novas demandas do mercado educacional, que envolvem:

- maior integração de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem;
- concorrência acirrada com instituições públicas e privadas;

- busca por modelos pedagógicos híbridos e flexíveis;
- pressão por maior acessibilidade e redução de custos;
- necessidade de fortalecer a confiança das famílias na educação privada como investimento de longo prazo.

Nesse cenário, o Grupo Energia está inserido como instituição tradicional e consolidada em Santa Catarina, mas que, a exemplo de grande parte do setor, foi fortemente impactada pela pandemia e pelas crises econômicas recentes, necessitando agora de reorganização e reestruturação financeira para assegurar sua continuidade e preservar sua função social.

3.2 AÇÕES ADOTADAS NO MOMENTO

Redução de Despesas com a Transferência de Local da Unidade

Com o propósito de aprimorar a eficiência administrativa, otimizar recursos e garantir a sustentabilidade econômico-financeira da instituição, foi realizada a transferência das atividades da unidade escolar anteriormente situada na Rua Santos Dumont, nº 36 — com área total construída de 4.300 m² — para um novo endereço, localizado na Rua Antônio Dib Mussi, nº 460, cuja metragem total é de 2.900 m². A decisão, fundamentada em critérios técnicos e estratégicos, considerou fatores como a adequação da estrutura física à demanda atual, a modernização das instalações e a busca por maior racionalização dos custos operacionais.

A mudança resultou em expressiva redução de despesas fixas e variáveis, proporcionando ganhos em eficiência sem comprometer a qualidade dos serviços educacionais oferecidos. Entre os principais pontos de economia obtida com a nova configuração, destacam-se:

1. Energia Elétrica

A migração para um edifício mais moderno, com sistemas elétricos otimizados, ventilação natural favorecida e iluminação em LED, possibilitou significativa redução no consumo de energia elétrica. A menor metragem da nova unidade também contribuiu para a diminuição da necessidade de

climatização e iluminação artificial em horários de menor demanda, gerando economia direta e mensurável na fatura mensal.

2. Água e Esgoto

Com instalações sanitárias mais eficientes e melhor gerenciamento dos recursos hídricos, o novo prédio reduziu consideravelmente o volume de consumo de água, bem como os gastos com o serviço de esgotamento sanitário. A adoção de torneiras com temporizador e sistemas de descarga dual flux são exemplos de medidas implementadas para promover esse uso racional.

3. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)

A mudança para um imóvel com menor área construída e valor venal reduzido proporcionou uma queda proporcional no valor do IPTU anual. Essa redução representa uma economia relevante dentro do planejamento orçamentário da instituição, contribuindo para a liberação de recursos para outras áreas prioritárias.

4. Aluguel

A negociação de um contrato de locação mais vantajoso em termos financeiros — aliado à escolha de um imóvel com menor valor de mercado — resultou em expressiva economia mensal com o aluguel do novo espaço. Esse fator teve papel central na readequação do orçamento da instituição.

5. Carga Horária de Funcionários

A revisão dos fluxos operacionais e a adequação do quadro de pessoal à nova realidade da unidade possibilitaram o redimensionamento da carga horária de alguns colaboradores, mantendo a eficiência dos serviços prestados. Essa reestruturação foi conduzida de maneira planejada, respeitando os direitos dos profissionais e as demandas reais do funcionamento diário.

6. Hora-aula de Professores

Com a reorganização da grade curricular e a redistribuição de turmas em função da nova capacidade instalada, foi possível reduzir a quantidade total de horas-aula contratadas, sem prejuízo à cobertura curricular obrigatória e à qualidade do ensino. A medida foi implementada com base em estudos pedagógicos e critérios técnicos de aproveitamento de carga horária.

Conclusão

Essa reestruturação físico-administrativa reflete o compromisso institucional com a gestão responsável e com o uso eficiente dos recursos, sem abrir mão da excelência educacional.

O planejamento cuidadoso permitiu não apenas a redução de despesas, mas também a modernização das condições de ensino e aprendizagem, assegurando um ambiente escolar adequado, acolhedor e sustentável para alunos, famílias e colaboradores. A instituição reafirma, assim, seu compromisso com a inovação, a responsabilidade fiscal e o atendimento de qualidade à comunidade escolar.

O orçamento operacional listado abaixo, algumas rubricas, a base continua com informações da estrutura antiga. Pois é necessário o uso dela para determinar a redução e conseqüentemente o ajuste nos valores.

Orçamento Operacional* (agosto 2025)	
PLANO DE CONTAS	ORÇAMENTO
Aluguel	104.480,00
Antonio Dib Mussi	70.000,00
Depósito/guarda de moveis escolares	8.880,00
Prática de Educação Fisica	2.600,00
IPTU	17.000,00
Seguro Fiança	6.000,00
Operacional	33.500,00
Agua e Esgoto	6.000,00
Cópias e Reproduções	1.200,00
Datas Comemorativas	400,00
Energia Elétrica	10.000,00
Internet	2.300,00
Manutenção Elevador	300,00
Manutenção Predial	3.000,00
Material de Escritório	1.000,00
Material Limpeza/Copa e Cozinha	1.500,00
Seguro Patrimonial	800,00
Sindical Patronal	600,00
Sistema Gerencial/Gestão Escolar	3.000,00
Taxas Financeiras	1.500,00
Telefone	1.100,00
Uniforme Funcionário	800,00
Salários	483.000,00
Encargos Sociais Folha Salário	150.000,00
FGTS	28.000,00

Medicina do Trabalho	1.500,00
Pensão Alimentícia	3.500,00
Salários	280.000,00
Sindical Colaborador	1.500,00
Vale Refeição	13.000,00
Vale Transporte	5.500,00
Pró-labore	14.000,00
Trabalhos Terceirizados	53.000,00
Honorário da Gestão	30.000,00
Honorário Contabil	16.500,00
Honorário Jurídico	20.000,00
Tributos	42.000,00
Cofins - 2172 (5856 não cumulativo)	22.000,00
ISS - Imposto S/Serviços	15.000,00
Pis - 8109 (6912 não cumulativo)	5.000,00
Convênio	1.500,00
Publicidade	11.000,00
Aquisição de Ativos(alunos)	10.000,00
Total Geral	818.980,00

Dito isso, novo estudo de redução de despesas deve ser feito, exemplos das rubricas:

- ✓ Operacional: contas como água/esgoto, energia elétrica e manutenção predial serão reavaliados, pois o espaço é menor em relação ao antigo, assim temos a convicção de redução automática dos valores;
- ✓ Salários: com a adequação do espaço, alguns cortes deverão ainda ser analisados, com a redução de espaço, antes de 4300m² e agora 2900m² necessário análise dos números de funcionários administrativos necessários;
- ✓ Trabalhos Terceirizados: análise específica de cada prestador, da necessidade de continuidade, existem demandas que podem ser agrupadas e com isso a redução de terceiros;
- ✓ Publicidade: temos estudos de permutar as prestações de serviços, publicidade x educação;
- ✓ Aquisição de ativos: contrato de aquisição com prazo específico para redução de valores em início de 2026.

3.3 AÇÕES A SEREM ADOTADAS NO FUTURO

- Reativação de cursos supletivos e ensino superior. Fase embrionária depende do novo espaço e adequações institucionais (plano para o 2º semestre de 2026);
- Realização de eventos educacionais e publicações para demonstrar o posicionamento do Colégio frente ao mercado;
- Divulgação por podcasts e redes sociais.

4. PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 PROJEÇÃO

Neste capítulo, são apresentadas as projeções econômico-financeiras do Grupo Energia, elaboradas com base em premissas macroeconômicas, operacionais e financeiras estimadas pelas Recuperandas no âmbito do seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

As projeções aqui expostas têm como finalidade fornecer uma visão prospectiva da evolução do Grupo, considerando a reestruturação proposta e a reorganização das suas atividades. Tais estimativas foram construídas a partir de informações fornecidas pela administração, de análises históricas e de cenários projetados para o médio e longo prazo.

Cumprе salientar que os fluxos de caixa futuros esperados após a aprovação e homologação do PRJ permanecem sujeitos a eventuais alterações, em razão de fatores externos e internos que fogem ao controle direto das empresas.

Além das incertezas naturais e inerentes a qualquer exercício de projeção, outros aspectos podem comprometer ou alterar o fluxo de caixa esperado, tais como:

- práticas contábeis a serem adotadas pelas empresas no decorrer da execução do PRJ;
- efeitos do planejamento tributário, notadamente quanto ao tratamento fiscal das transações relacionadas ao processo de reestruturação;
- interpretações legais e regulamentares, que podem modificar a forma de reconhecimento ou exigibilidade de determinadas obrigações;

- impacto da classificação, habilitação e eventual impugnação de créditos realizada pelos credores no processo de recuperação;
- variações nas premissas macroeconômicas, como inflação, taxa Selic, câmbio, crescimento do PIB e nível de desemprego, que influenciam diretamente a capacidade de pagamento das mensalidades pelos alunos e, por consequência, a receita do Grupo;
- eventuais mudanças no mercado educacional privado, como aumento da concorrência, políticas públicas de incentivo ao ensino público ou alterações regulatórias no setor.

Importa destacar, ainda, que as projeções aqui apresentadas representam um instrumento de planejamento e análise de viabilidade, mas não constituem garantia absoluta de resultados. Elas devem ser interpretadas dentro do contexto de um plano de reestruturação em execução, servindo de base para avaliação da sustentabilidade financeira do Grupo Energia e para o cumprimento do objetivo maior da Lei nº 11.101/2005: a preservação da empresa e sua função social.

4.1.1 DETALHAMENTO DAS PROJEÇÕES DE RECEITA

Análise pelo número de alunos e atualmente e as políticas adotadas e das frentes possíveis a serem atacadas, com objetivo único de elevar as entradas.

Resumo dos cenários:

Cenário	Receita Bruta Prevista	Nº de Alunos	Desconto Médio	Receita Líquida Mensal Estimada
1	R\$ 15.000.000	474	41%	R\$ 740 mil
2	R\$ 15.000.000	474	35%	R\$ 814 mil
3	R\$ 19.500.000	620 (474 + 146)	41%	R\$ 961 mil
4	R\$ 19.500.000	620 (474 + 146)	35%	R\$ 1.068 milhão

ANÁLISE DOS CENÁRIOS:

Cenários 1 e 2:

Mantêm o mesmo número de alunos (474).

- Cenário 1: apenas reajuste de 5% nas anuidades, mantendo desconto atual (41%).
- Cenário 2: além do reajuste, reduz o desconto médio para 35%, elevando a receita líquida em **+74 mil/mês**.

Cenários 3 e 4:

Trabalham em duas frentes: aumento do número de alunos (+146, total 620) e gestão dos descontos.

- Cenário 3: com desconto médio mantido em 41%, a receita cresce em relação aos cenários 1 e 2, atingindo **961 mil/mês**.
- Cenário 4: além de ampliar a base de alunos, reduz o desconto médio para 35%, chegando a **R\$ 1,068 milhão/mês**.

RESUMO:

- **Cenário 1 (conservador):** estabilidade, crescimento moderado.
- **Cenário 2 (ajuste de política comercial):** melhora relevante só pela redução de desconto.
- **Cenário 3 (expansão de alunos):** foco em ocupação máxima das salas.
- **Cenário 4 (expansão + eficiência):** cenário mais agressivo, unindo maior ocupação e redução de desconto, com a maior receita líquida mensal.

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS

Analisando o levantamento histórico (gráfico) dos últimos cinco anos e projetando os próximos cinco (2020 a 2030) nota-se que é possível sim, elevar o número de alunos nos próximos períodos. O ano de 2024, foi um ano de mudanças significativas, melhorias nos processos, uma gestão administrativa mais ativa, mais presente, como mostra disso pode ser visualizada na captação de alunos.

No ano 2025 tivemos um crescimento de 17% em novas matrículas índice relevante para o cenário, que mostra que estamos no caminho certo,

vindo de uma pandemia onde o cenário financeiro de nosso consumidor, foi muito prejudicado, pois a economia da **Grande Florianópolis** é fortemente baseada em **serviços e comércio**. A região também se apoia na **construção civil e mercado imobiliário**, impulsionados pelo turismo e migração.

No gráfico abaixo a evolução das matrículas e uma projeção de 10% a cada ano:



Com base nestes dois modelos apresentados, dos **Cenários** e do **Levantamento Histórico**, planejamos o crescimento nas receitas que diz respeito ao negócio, principal.

Ano 2026

Anuidade reajustada em 5%, acréscimo de 10% alunos, e redução em 6% do desconto médio, passando para 35%:

Cursos	Matrículas	Anuidade	Fat.Bruto.Ano	% Desc.Médio	Desc.Médio	Fat.Liq.Ano	Fat.Liq.Mês
Contraturno	18	16.289,28	286.691,33	-35%	-100.341,96	186.349,36	15.529,11
Infantil	4	27.742,81	122.068,36	-35%	-42.723,93	79.344,44	6.612,04
Fundamental I	50	28.058,44	1.388.892,78	-35%	-486.112,47	902.780,31	75.231,69
Fundamental II	141	29.853,05	4.203.309,44	-35%	-1.471.158,30	2.732.151,14	227.679,26
Ensino Médio 1,2	182	32.794,78	5.968.649,96	-35%	-2.089.027,49	3.879.622,47	323.301,87
Ensino Médio 3	125	36.130,37	4.516.296,25	-35%	-1.580.703,69	2.935.592,56	244.632,71
Pré-Vestibular	3	25.277,24	83.414,89	-35%	-29.195,21	54.219,68	4.518,31
	523		16.569.323,01		-5.799.263,05	10.770.059,96	897.505,00

Ano 2027

Anuidade reajustada em 5%, acréscimo de 10% alunos, e redução em 5% do desconto médio, passando para 30%:

Cursos	Matriculas	Anuidade*	Fat.Bruto.Ano	% Desc.Médio	Desc.Médio	Fat.Liq.Ano	Fat.Liq.Mês
Contraturno	19	17.103,74	331.128,48	-30%	-99.338,55	231.789,94	19.315,83
Infantil	5	29.129,95	140.988,96	-30%	-42.296,69	98.692,27	8.224,36
Fundamental I	54	29.461,36	1.604.171,16	-30%	-481.251,35	1.122.919,81	93.576,65
Fundamental II	155	31.345,70	4.854.822,40	-30%	-1.456.446,72	3.398.375,68	283.197,97
Ensino Médio 1,2	200	34.434,52	6.886.903,80	-30%	-2.066.071,14	4.820.832,66	401.736,06
Ensino Médio 3	138	37.936,89	5.235.290,61	-30%	-1.570.587,18	3.664.703,43	305.391,95
Pré-Vestibular	4	26.541,10	106.164,41	-30%	-31.849,32	74.315,09	6.192,92
	576		19.159.469,83		-5.747.840,95	13.411.628,88	1.117.635,74

Ano 2028

Anuidade reajustada em 5%, acréscimo de 10% alunos, e redução em 5% do desconto médio, passando para 25%:

Cursos	Matriculas	Anuidade*	Fat.Bruto.Ano	% Desc.Médio	Desc.Médio	Fat.Liq.Ano	Fat.Liq.Mês
Contraturno	21	17.958,93	382.453,40	-25%	-95.613,35	286.840,05	23.903,34
Infantil	5	30.586,45	162.842,25	-25%	-40.710,56	122.131,69	10.177,64
Fundamental I	60	30.934,43	1.852.817,69	-25%	-463.204,42	1.389.613,27	115.801,11
Fundamental II	170	32.912,99	5.607.319,88	-25%	-1.401.829,97	4.205.489,91	350.457,49
Ensino Médio 1,2	220	36.156,24	7.954.373,89	-25%	-1.988.593,47	5.965.780,42	497.148,37
Ensino Médio 3	152	39.833,73	6.054.727,40	-25%	-1.513.681,85	4.541.045,55	378.420,46
Pré-Vestibular	4	27.868,16	111.472,63	-25%	-27.868,16	83.604,47	6.967,04
	633		22.126.007,14		-5.531.501,78	16.594.505,35	1.382.875,45

Ano 2029

Anuidade reajustada em 5%, acréscimo de 10% alunos e redução em 5% do desconto médio, passando para 20%:

Cursos	Matriculas	Anuidade*	Fat.Bruto.Ano	% Desc.Médio	Desc.Médio	Fat.Líq.Ano	Fat.Líq.Mês
Contraturno	23	18.856,88	441.733,68	-20%	-88.346,74	353.386,94	29.448,91
Infantil	6	32.115,77	188.082,80	-20%	-37.616,56	150.466,24	12.538,85
Fundamental I	66	32.481,15	2.140.004,43	-20%	-428.000,89	1.712.003,55	142.666,96
Fundamental II	187	34.558,64	6.476.454,46	-20%	-1.295.290,89	5.181.163,57	431.763,63
Ensino Médio 1,2	242	37.964,06	9.187.301,84	-20%	-1.837.460,37	7.349.841,47	612.486,79
Ensino Médio 3	167	41.825,42	6.984.845,07	-20%	-1.396.969,01	5.587.876,05	465.656,34
Pré-Vestibular	4	29.261,56	117.046,26	-20%	-23.409,25	93.637,01	7.803,08
	696		25.535.468,53		-5.107.093,71	20.428.374,83	1.702.364,57

Ano 2030

Anuidade reajustada em 5%, acréscimo de 10% alunos e redução em 5% do desconto médio, passando para 20%:

Cursos	Matriculas	Anuidade*	Fat.Bruto.Ano	% Desc.Médio	Desc.Médio	Fat.Líq.Ano	Fat.Líq.Mês
Contraturno	26	19.799,72	510.202,40	-20%	-102.040,48	408.161,92	34.013,49
Infantil	6	33.721,56	217.235,63	-20%	-43.447,13	173.788,51	14.482,38
Fundamental I	72	34.105,21	2.471.705,12	-20%	-494.341,02	1.977.364,10	164.780,34
Fundamental II	206	36.286,57	7.480.304,90	-20%	-1.496.060,98	5.984.243,92	498.686,99
Ensino Médio 1,2	266	39.862,26	10.603.361,18	-20%	-2.120.672,24	8.482.688,94	706.890,75
Ensino Médio 3	184	43.916,69	8.080.671,06	-20%	-1.616.134,21	6.464.536,85	538.711,40
Pré-Vestibular	4	30.724,64	122.898,57	-20%	-24.579,71	98.318,86	8.193,24
	765		29.486.378,85		-5.897.275,77	23.589.103,08	1.965.758,59

Realizando um encontro de Cenários e Orçamento de Saídas:

Apresentamos o resumo:

Ano	Entradas	Saídas*	resultado mensal projetado*
2026	897.505,00	-818.980,00	78.525,00
2027	1.117.635,74	-884.498,40	233.137,34
2028	1.382.875,45	-955.258,27	427.617,17
2029	1.702.364,57	-1.031.678,93	670.685,64
2030	1.965.758,59	-1.114.213,25	851.545,34

Considerar, as premissas com base em 2025 a cada ano de 2026 até 2030.

1. Aumento de 10% de alunos;
2. Redução gradual do desconto médio:

Ano	de	para
2026	41%	35%
2027	35%	30%
2028	30%	25%
2029	25%	20%
2030	20%	20%

3. Reajuste das anuidades em 5%;
4. Aumento das saídas/despesas em 8%.

4.1.2 ANÁLISE ESTRATÉGICA

4.1.2.1 Contexto e Reestruturação

- Transferência para nova unidade (Rua Antônio Dib Mussi), com redução de 32% na área construída.
- Objetivo: otimizar custos, modernizar infraestrutura e manter qualidade educacional.
- Principais ganhos de eficiência:
 - ✓ Redução em energia elétrica, água/esgoto e IPTU.
 - ✓ Contrato de aluguel mais vantajoso.
 - ✓ Ajuste da carga horária de funcionários e professores.
 - ✓ Redimensionamento de serviços terceirizados.

4.1.2.2 Orçamento Operacional (2025)

- Total de saídas: **R\$ 818,9 mil/mês.**
- Principais rubricas: salários e encargos (74%), terceirizados (6,5%), tributos (5%), demais operacionais (14,5%).
- Meta: reavaliar contratos e despesas para adequar custos à nova realidade física e de matrículas.

4.1.2.3 Cenários de Receita (2026)

Cenário	Receita Bruta	Nº Alunos	Desconto Médio	Receita Líquida Mensal
1	R\$ 15,0 mi	474	41%	R\$ 740 mil
2	R\$ 15,0 mi	474	35%	R\$ 814 mil
3	R\$ 19,5 mi	620	41%	R\$ 961 mil
4	R\$ 19,5 mi	620	35%	R\$ 1,068 mi

Resumo:

- **Cenário 1:** conservador (estabilidade).
- **Cenário 2:** ajuste de política de descontos.
- **Cenário 3:** expansão via novas matrículas.
- **Cenário 4:** cenário mais agressivo (ocupação máxima + redução de descontos).

4.1.2.4 Evolução de Matrículas (2020–2030)

- 2024 foi ponto de virada após reestruturação.
- Crescimento em 2025 (+17% matrículas).
- Projeção: aumento médio de 10% ao ano até 2030.

4.1.2.5 Projeção Financeira Consolidada

Ano	Entradas (R\$)	Saídas (R\$)	Resultado Mensal
2026	897,5 mil	818,9 mil	78,5 mil
2027	1,117 mi	884,5 mil	233,1 mil
2028	1,383 mi	955,2 mil	427,6 mil
2029	1,702 mi	1,032 mi	670,6 mil
2030	1,966 mi	1,114 mi	851,5 mil

Premissas:

- Reajuste de 5% nas anuidades.
- Crescimento de 10% ao ano em alunos.
- Redução gradual dos descontos (41% → 20%).
- Saídas reajustadas em 8% a.a.

4.1.2.6 Conclusão da Análise

- A mudança estrutural reduziu despesas e trouxe sustentabilidade financeira.
- A estratégia combina controle de custos + expansão de matrículas + revisão de descontos.
- Projeções indicam crescimento progressivo do superávit operacional até 2030.
- O Grupo Energia reforça seu compromisso com inovação, responsabilidade fiscal e qualidade educacional.

4.2 PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras do Grupo Energia, cuja atividade econômica está inserida no setor educacional, foram estruturadas em conformidade com os princípios e práticas contábeis aceitos no Brasil, bem como em observância à legislação societária e fiscal vigente.

A base normativa primária está prevista na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), especialmente em seus artigos 176 a 189, que disciplinam a obrigatoriedade da escrituração regular e da elaboração das demonstrações contábeis, incluindo:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);

- Notas Explicativas (NE).

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 e da Lei nº 11.941/2009, o ordenamento jurídico brasileiro incorporou alterações relevantes com vistas à convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board). Dessa forma, as empresas do setor educacional devem observar os Pronunciamentos Contábeis do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), devidamente homologados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais órgãos reguladores.

Dentre os pronunciamentos aplicáveis ao Grupo Energia, destacam-se:

- **CPC 00 (R2)** – Estrutura Conceitual da Contabilidade, que norteia a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras;
- **CPC 26 (R1)** – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- **CPC 47** – Receita de Contrato com Cliente, fundamental para o reconhecimento da receita educacional (mensalidades escolares, anuidades e taxas acadêmicas);
- **CPC 32** – Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL no regime de Lucro Real);
- **CPC 27** – Ativo Imobilizado, aplicável às instalações, equipamentos e bens destinados à prestação dos serviços educacionais;
- **CPC 04 (R1)** – Ativo Intangível, considerando softwares educacionais, plataformas digitais e direitos autorais de materiais acadêmicos;
- **CPC 25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, especialmente relevante no setor educacional, em razão de eventuais demandas trabalhistas e consumeristas;
- **CPC 48** – Instrumentos Financeiros, em casos de operações de financiamento ou recebíveis de longo prazo;
- **CPC 06 (R2)** – Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16), aplicável aos contratos de locação de imóveis escolares e equipamentos.

No âmbito **tributário**, por estar sujeita ao **regime do Lucro Real**, a apuração deve observar as disposições do **Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018)**, que regulamenta a tributação pelo IRPJ e pela CSLL. Além disso, devem ser

atendidas as obrigações acessórias previstas pela Receita Federal do Brasil (RFB), notadamente:

- **ECD (Escrituração Contábil Digital)**, prevista na Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021;
- **ECF (Escrituração Contábil Fiscal)**, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.004/2021.

Também são aplicáveis as **Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)**, editadas pelo CFC, que detalham critérios de escrituração, avaliação, mensuração e evidenciação dos fatos contábeis. Entre elas, destacam-se:

- **NBC TG 1000** – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (caso a entidade venha a se enquadrar);
- **NBC TG Estrutura Conceitual** - alinhada ao CPC 00 (R2);
- **NBC TG 26** - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- **NBC TG 30** - Receitas;
- **NBC T 2** - Escrituração Contábil;
- **NBC T 6** – Normas Técnicas sobre Auditoria Independente (quando aplicável).

Adicionalmente, por se tratar de instituição de ensino, podem incidir legislações específicas, como a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que, embora não discipline aspectos contábeis de forma direta, influencia a forma de mensuração e reconhecimento de receitas e despesas, especialmente em razão de programas educacionais, convênios e parcerias.

A elaboração das demonstrações contábeis, portanto, deve observar não apenas a fiel representação dos fatos contábeis, mas também os princípios fundamentais da contabilidade, previstos originalmente na Resolução CFC nº 750/1993 e atualizados pela Resolução CFC nº 1.282/2010, como continuidade, competência, oportunidade, prudência e essência sobre a forma.

Por fim, a aplicação conjugada da legislação societária, tributária e das normas contábeis brasileiras harmonizadas ao IFRS garante que as demonstrações financeiras do Grupo Energia, tributado pelo Lucro Real, sejam elaboradas com transparência, relevância e comparabilidade, atendendo não

apenas às exigências legais, mas também às necessidades de informação de investidores, credores, órgãos reguladores e da própria sociedade.

As práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis do Grupo Energia, cuja atividade econômica se insere no **setor educacional**, foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis aceitos no Brasil, bem como com a legislação societária e fiscal vigente.

A base normativa primária encontra-se na **Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações)**, especialmente em seus artigos 176 a 189, que disciplinam a obrigatoriedade da escrituração regular e a elaboração das demonstrações financeiras, incluindo: **Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), e Notas Explicativas.**

Com a promulgação da **Lei nº 11.638/2007** e da **Lei nº 11.941/2009**, foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro alterações significativas voltadas à convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo **IASB (International Accounting Standards Board)**. Dessa forma, a empresa do ramo educacional deve observar os **Pronunciamentos Contábeis do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)**, os quais são homologados pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**, pelo **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)** e demais órgãos reguladores.

Dentre os pronunciamentos aplicáveis, destacam-se:

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual da Contabilidade, que norteia a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras;

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis;

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, relevante para o reconhecimento da receita educacional, contemplando mensalidades escolares, anuidades e taxas acadêmicas;

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, especialmente no que se refere ao cálculo e à contabilização do IRPJ e CSLL no regime do Lucro Real;

CPC 27 – Ativo Imobilizado, aplicável às instalações, equipamentos e bens destinados à prestação de serviços educacionais;

CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, considerando investimentos em softwares educacionais, plataformas digitais e direitos autorais de materiais acadêmicos;

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, essencial no setor educacional em função de possíveis demandas trabalhistas e consumeristas;

CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em casos de operações de financiamento ou recebíveis de longo prazo de alunos;

CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16), aplicável aos contratos de locação de imóveis escolares ou de equipamentos.

No âmbito tributário, o regime de **Lucro Real** exige apuração detalhada conforme as disposições do **Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda – RIR/2018)**, que regulamenta a tributação pelo IRPJ e pela CSLL. Ainda, devem ser observadas as normas da **Receita Federal do Brasil (RFB)**, notadamente no que tange à entrega das **obrigações acessórias** como:

ECD (Escrituração Contábil Digital), prevista na **Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021**;

ECF (Escrituração Contábil Fiscal), regulamentada pela **Instrução Normativa RFB nº 2.004/2021**.

Também são aplicáveis as **Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)**, editadas pelo **CFC**, que disciplinam de forma detalhada a escrituração, a avaliação, a mensuração e a evidenciação dos fatos contábeis. Entre elas, destacam-se:

NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (caso a entidade se enquadre);

NBC TG Estrutura Conceitual - alinhada ao CPC 00 (R2);

NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;

NBC TG 30 – Receitas;

NBC T 2 - Escrituração Contábil;

NBC T 6 – Normas Técnicas sobre Auditoria Independente, quando aplicável.

Adicionalmente, por se tratar de instituição de ensino, podem incidir legislações específicas da área educacional, como a **Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)**, que embora não trate diretamente de aspectos contábeis, influencia a forma de mensuração e reconhecimento das receitas e despesas em função de programas educacionais, convênios e parcerias.

A elaboração das demonstrações contábeis, portanto, deve observar não apenas a fiel representação dos fatos contábeis, mas também os princípios fundamentais da contabilidade, previstos na **Resolução CFC nº 750/1993**, posteriormente atualizada pela **Resolução CFC nº 1.282/2010**, que dispõe sobre os **Princípios de Contabilidade** (como continuidade, competência, prudência, entre outros).

Por fim, a aplicação conjugada da legislação societária, tributária e das normas contábeis brasileiras harmonizadas ao IFRS garante que as demonstrações contábeis da empresa de educação tributada pelo Lucro Real sejam elaboradas com transparência, comparabilidade e relevância, atendendo não apenas às exigências legais, mas também às necessidades informacionais de usuários internos e externos, como investidores, credores, órgãos reguladores e a própria sociedade.

4.3 CRÉDITOS PRECATÓRIOS PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS VINCENDOS

A utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais para a quitação de tributos vincendos consolidou-se como uma prática admitida e cada vez mais utilizada no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente após as mudanças introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 94/2016 e nº 99/2017, que alteraram substancialmente o regime de pagamento dos precatórios, além da disciplina trazida pelo Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015), que reforçou a possibilidade de cessão desses créditos.

O precatório consiste em uma requisição de pagamento expedida pelo Poder Judiciário contra a Fazenda Pública, em razão de sentença judicial transitada em julgado. Uma vez expedido, o crédito pode ser cedido total ou parcialmente a terceiros, mediante instrumento particular com firma reconhecida, nos termos do artigo 100, § 13, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

Nesse contexto, muitas empresas passaram a adotar a prática de adquirir créditos de precatórios de terceiros, geralmente com deságio, com o objetivo de utilizá-los na compensação ou quitação de tributos federais, estaduais e municipais. Essa estratégia encontra respaldo jurídico tanto na Constituição quanto na legislação tributária, desde que haja autorização expressa em lei ou em programas de parcelamento específicos.

No âmbito federal, a compensação tributária está prevista nos artigos 156, inciso II, e 170 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), que elencam a compensação como forma de extinção do crédito tributário, desde que autorizada em lei específica. A matéria encontra-se regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, a qual disciplina a compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, com créditos reconhecidos judicialmente em favor do contribuinte, mediante decisão transitada em julgado.

Do ponto de vista contábil, a aquisição de créditos de precatórios deve ser registrada no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo estimado para sua realização, sendo mensurada pelo valor efetivamente pago na aquisição. Caso haja deságio entre o valor de face do precatório e o montante despendido na compra, a diferença positiva, quando utilizada para extinção de débitos tributários, deverá ser reconhecida como ganho financeiro ou operacional, conforme estabelecem os Pronunciamentos Contábeis CPC 38 e CPC 48 (Instrumentos Financeiros), além da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Assim, a prática de aquisição de precatórios judiciais representa, sob a ótica empresarial, uma estratégia legítima, eficiente e economicamente vantajosa de planejamento tributário, permitindo às companhias:

- reduzir o impacto financeiro de suas obrigações fiscais;
- otimizar o fluxo de caixa;
- buscar maior previsibilidade no cumprimento de suas obrigações;
- e, em alguns casos, até mitigar riscos de execuções fiscais e constrições patrimoniais.

No caso do Grupo Energia, a eventual utilização de precatórios para quitação ou compensação de tributos vencidos deve ser considerada uma alternativa estratégica de reestruturação, alinhada ao contexto de recuperação judicial e de reorganização financeira, podendo contribuir para a redução do passivo tributário e para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas.

4.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – ACORDO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

O Grupo Energia, no intuito de promover a regularização de suas pendências fiscais e de adotar medidas que possibilitem maior equilíbrio financeiro e conformidade legal, protocolou junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) o pedido de Acordo de Transação Individual, nos termos da legislação vigente.

Tal iniciativa tem como finalidade negociar e regularizar os débitos vencidos, mediante uma solução consensual e juridicamente prevista, que observa os princípios da legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade fiscal, além de estar em perfeita consonância com o objetivo de preservação da empresa e de sua função social, conforme estabelece o artigo 47 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências).

Com isso, busca-se não apenas assegurar a continuidade das atividades empresariais de forma sustentável, mas também garantir o cumprimento regular das obrigações tributárias, fator essencial para a manutenção da credibilidade da empresa perante o fisco, credores, alunos e toda a comunidade acadêmica.

O pedido de Transação Individual foi formalmente protocolado sob o Número de Requerimento nº 20250065684 (Protocolo: 00495762025), em 14/02/2025, em estrita observância ao disposto no artigo 4º da Portaria PGFN nº 6.757/2022, a qual regulamenta a negociação de débitos inscritos em Dívida Ativa da União.

A seguir, apresenta-se o referido protocolo de requerimento, que comprova a iniciativa das Recuperandas em buscar, de maneira proativa e legal, a regularização fiscal como parte essencial do processo de reorganização econômico-financeira:

	Ministério da Economia Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Histórico do Requerimento na PGFN	27/08/2025 13:22
Número do Requerimento: 20250065684 (Protocolo: 00495762025) Unidade da PGFN de análise: QUARTA REGIAO Data de Registro: 14/02/2025 Serviço: Acordo de Transação Individual - Grande Devedor, FGTS acima de R\$1.000.000,00 CPF/CNPJ do Requerente: 06.233.257/0001-70 Nome do Requerente: SISTEMA DE ENSINO ENERGIA LTDA:06233257000170 Inscrição(ões): 91 2 24 013524-60 - 14966 344271/2024-56		
Fundamentos do pedido:		
ILMO. SR. PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL ACORDO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL PROPOSTA PELO DEVEDOR INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E DO FGTS JUNTO À PGFN, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 4º, DA PORTARIA PGFN Nº 6757/2022. GRUPO ENERGIA composto pelas empresas SISTEMA DE ENSINO ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 06.233.257/0001-70, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; ii. SOCIEDADE CATARINENSE DE ENSINO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 83.466.045/0001-83, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; iii. SOCIEDADE ENERGIA DE ENSINO SUPERIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 03.111.277/0001-80, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; iv. SUPLETIVO ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 83.802.835/0001-92, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; v. ENERPAR PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 06.013.229/0001-47, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; vi. DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DIDÁTICO ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 07.503.482/0001-41, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; e vii. GRÁFICA EDITORA ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 85.328.474/0001-10, em situação ativa, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450; neste ato, todas representadas por seu sócio administrador, PERCY HAENSCH, brasileiro, empresário, inscrito no CPF de n.º 299.506.279-15, com endereço comercial na Rua Santos Dumont, n.º 36, Centro - Florianópolis/SC, CEP n.º 88.010-450, conforme contratos sociais, vem, no prazo legal, apresentar Proposta de Transação Individual proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa da União, conforme disposto no Artigo 4º, da Portaria PGFN nº 6757/2022. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL Com fundamento no do Artigo 2º da Lei nº 13.988/2020, Artigo 4º, Inciso III e Artigo 46, Inciso I, da Portaria PGFN nº 6757/2022, consoante os termos e condições que a seguir passa expor. DO ENQUADRAMENTO O Conforme disposto no Artigo 4º da Portaria PGFN nº 6.757/2022. O Artigo 46, Inciso I da Portaria PGFN nº 6757/2022 autoriza o devedor a propor ou receber proposta de transação individual cujo valor consolidado dos débitos inscritos em dívida ativa da União que seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou cujo valor consolidado dos débitos inscritos em dívida ativa do FGTS for superior a R\$ 1.000.000,00 (milhão de reais). Nesse passo, conforme consta do relatório da Dívida Ativa da União emitido por meio do portal "Regularize" e do ECAC Receita Federal o valor atualizado consolidado dos débitos inscritos em nome do Grupo Energia é de R\$ 78.064.961,64 (setenta e oito milhões, sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos). Sendo débito Previdenciários R\$ 44.973.167,32 (quarenta e quatro milhões, novecentos e setenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), os débitos não previdenciários R\$ 33.091.794,32 (Trinta e três mil, noventa e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos) e FGTS no valor de R\$ 6.171.022,07 (seis milhões, cento e setenta um mil, vinte e dois reais e sete centavos). Assim, considerando o montante da Dívida da Proponente e o previsto no Inciso I do Artigo 46 da Portaria PGFN nº 6757/2022, a Proponente enquadra-se nos requisitos legais, portanto está autorizada a apresentar Proposta de Transação Individual para buscar a sua Regularidade Fiscal Federal, que deverá ser recebida e apreciada nos termos do Artigo 51, § 1º e Artigo 54, da referida Portaria PGFN nº 6757/2022. DOS FATOS A Proponente, inobstante o contexto pandêmico por todos vivenciado, vem sofrendo com um aumento desproporcional de seu passivo fiscal federal, tendo gerado prejuízos acumulados, conforme se evidência nos documentos arrolados a este Pedido, aqui, também demonstrado, que a situação financeira é de um desequilíbrio financeiro, tendo a Pandemia da COVID 19 agravado sobremaneira a seus resultados financeiros. Anexos: Petição e documentos abaixo relacionados. 1. REQUERIMENTO TRANSAÇÃO INDIVIDUAL; 2. DECLARAÇÃO EXPRESSA DE GRUPO ECONÔMICO E DEMAIS DECLARAÇÕES E PROCURAÇÃO; 3. CONTRATO SOCIAL DAS EMPRESAS QUE COMPÕE O GRUPO ECONOMICO; 4. RELAÇÃO DOS PROCESSOS E PLANILHA CREDORES E RELAÇÃO DE ENTRADAS E SAÍDAS FINANCEIRAS; 5. RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E DÍVIDAS TRABALHISTAS; 6. BALANÇOS PATRIMONIAIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO ; 7. DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS ; 8. RELATÓRIO SITUAÇÃO FISCAL DAS EMPRESAS QUE COMPOE O GRUPO ECONOMICO; 9. RELATÓRIO FGTS EM ABERTO NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL E DÍVIDA ATIVA PGFN; 10. PROTOCOLO DO PROCESSO RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM ANDAMENTO Necessidade de link para anexo de demais documentos. email regiane@tsbaumgartner.com.br Nestes termos pede deferimento.		

O Grupo Energia, em análise de sua situação fiscal, apresenta, até a data-base de agosto de 2025, os seguintes valores de impostos em aberto junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN):

COMPOSIÇÃO DOS DÉBITOS - GRUPO ENERGIA			
Tributário	Não Tributário	Previdenciário	FGTS
R\$ 174.668,50	R\$ 229.411,85	R\$ 53.120,51	R\$ 1.191.218,29
R\$ 6.655.361,25	R\$ 527.927,29	R\$ 496.294,86	R\$ 1.601.931,10
R\$ 571.853,81	R\$ 455.015,29	R\$ 15.891.311,41	R\$ 1.909.745,28
R\$ 10.663.209,05		R\$ 6.255.152,59	
		R\$ 24.714.721,38	
R\$ 18.065.092,61	R\$ 1.212.354,43	R\$ 47.410.600,75	R\$ 4.702.894,67
TOTAL GERAL R\$ 71.390.942,46			

Segue resumo da renegociação através da transação individual protocolada na PGFN, que se encontra em análise:

MONTANTE	R\$	78.064.961,64
JUROS E MULTAS	R\$	46.995.931,30
PRINCIAL	R\$	31.069.030,34
MONTANTE	R\$	78.064.961,64
ENCARGOS LEGAIS LEI	-R\$	46.995.931,30
VALOR A NEGOCIAR	R\$	31.069.030,34
PREJUÍZO FISCAL 70%	-R\$	21.748.321,24
VALOR A PARCELAR	R\$	9.320.709,10
PROPOSTA A NEGOCIAR EM 120 PARCELAS	R\$	77.672,58

5. PLANO PARA CREDORES

Este capítulo apresenta de maneira sintetizada o plano para credores do GRUPO ENERGIA, extraído do PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

documento em que este se anexa. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, consultar do documento citado.

Este Laudo foi elaborado contemplando as premissas financeiras e operacionais decorrentes da execução assertiva do Plano. As projeções contidas neste Laudo pressupõem a aprovação e implementação do Plano proposto pelo GRUPO ENERGIA.

Classe I

O pagamento dos Créditos Trabalhistas do GRUPO ENERGIA é descrito abaixo:

Proposta

Regra geral: serão pagos de acordo com o art. 54 da LRF.

Condição geral a todos os créditos:

- Desconto: 50%;
- Carência: 06 meses contados a partir da homologação do plano;
- Amortização: pagamento em 02 parcelas semestrais, iguais e sucessivas;
- Primeira parcela: 180 dias após a homologação do plano;
- Atualização: 50% da Taxa Selic + 1% a.a.

Classe III

O pagamento dos Créditos Quirografários do COLÉGIO ENERGIA é descrito a seguir:

Proposta

Condição geral a todos os créditos:

- Desconto: 70%;
- Carência: 18 meses contados a partir da homologação do plano;
- Amortização: pagamento em 11 parcelas anuais, crescentes e sucessivas, após a carência;
- Valor de cada parcela: será um percentual aplicado sobre o saldo da dívida;
- Atualização: 50% da Taxa Selic + 1% a.a.

6. ANEXOS

Para melhor compreensão e complementação do presente Laudo/Relatório, seguem anexados os documentos comprobatórios abaixo relacionados:

1. **Fluxo de Caixa Projetado** – demonstrativo das receitas e despesas do Grupo Energia para os próximos **05 (cinco) anos**, elaborado com base nas premissas operacionais e macroeconômicas consideradas no PRJ;
2. **Planilha de Credores** – contendo a relação detalhada dos credores, valores atualizados, natureza do crédito e respectiva classificação;
3. **Balancetes de Julho de 2025** – devidamente assinados pelos responsáveis legais e contábeis, refletindo a posição econômico-financeira das empresas na data-base indicada;
4. **Requerimento Atualizado da Transação junto à PGFN** – protocolo e documentação comprobatória do pedido de Acordo de Transação Individual, conforme Portaria PGFN nº 6.757/2022;
5. **Relatório dos Bens Móveis** – contendo a discriminação, descrição, valores e registro fotográfico dos bens de propriedade do Grupo Energia (*verificação e organização em conjunto com o Sr. Reginaldo*);
6. **Relatório Fotográfico da Nova Sede** – documentação comprobatória da mudança de endereço e das obras de adequação realizadas, com imagens atualizadas da infraestrutura.

ANTENOR
DA SILVA
FILHO

Assinado de forma digital por
ANTENOR DA SILVA
FILHO
Dados: 2026.07.14
09:41:08 -03'00'

Antenor da Silva Filho

Contador: SC-12122/O-3

CPF: 378.179.739-20